

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Privatização da Eletrobras tem aceitação no Congresso.....	2
Título: Aneel quer reduzir valor da bandeira tarifária amarela	4
Título: Vazamento veio de navio estrangeiro, diz Salles.....	6
Título: Minas envia projeto a Assembleia para vender estatal.....	7
Título: Projeto da cessão onerosa avança na Câmara	8
Título: Nordeste e Norte perdem com nova partilha	10
Título: TCU referenda com ressalvas processo que trata do leilão dos excedentes.....	13
Título: Destaques	14
Título: Enel volta a avaliar ativos no setor de distribuição	14
Título: Neoenergia antecipa investimentos em energia eólica.....	17
Título: Curtas	19
Título: Eletrobras avalia capitalização por minoritário	19
Título: Chefe da BP rebate críticas ambientais contra gás natural	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	22
Título: TCU aprova edital do leilão do óleo excedente	22
Título: Térmicas vão perder nomes de personalidades	22
Título: Preferência pela educação.....	23
Título: Nova divisão do pré-sal beneficia mais SP, RS e MT.....	26
Título: Polêmica em Abrolhos marca início de leilões	27
Título: Óleo chega à foz do Rio São Francisco; investigação agora mira 23 navios	28
Título: » Segura.	30
Título: Agência nacional interdita 54 barragens	30

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	31
Título: Óleo em praias do NE ‘muito provavelmente’ é da Venezuela, afirma Salles.....	31
Título: TCU aprova edital do pré-sal, e governo comemora	33
Título: Leilão de petróleo ameaça pescadores, baleias, corais e atobás em Abrolhos.....	36
VEÍCULO: O Globo.....	39
Título: Rio receberá R\$ 2,3 bi de megaleilão do pré-sal	39
Título: Começa a maior temporada de leilões de óleo da história	40
Título: Falta de controle sobre a Amazônia Azul.....	41
Título: Óleo avança e chega ao São Francisco.....	42
Título: Bloco petrolífero vai a leilão sob disputa ambiental	44
Título: Agência interdita 54 barragens sem atestado de estabilidade	46
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	47
Título: Câmara aprova divisão do pré-sal.....	47
Título: Leilão tem aval do TCU	50
Título: Manchas de óleo ameaçam economia	51

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Política

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: Privatização da Eletrobras tem aceitação no Congresso

Antes mesmo do envio de um novo projeto de lei pelo governo Jair Bolsonaro, a privatização da Eletrobras tem maioria no Congresso Nacional e sofre menos resistência agora do que na legislatura anterior, conforme indica levantamento inédito com 247 deputados federais e senadores.

A ideia de transferir o controle da Eletrobras à iniciativa privada conta com o apoio de 50,5% dos parlamentares e com a oposição de 36,5%, mostra uma sondagem encomendada pela gestora de recursos Studio Investimentos ao

Instituto FSB Pesquisa e obtida pelo **Valor**. O restante diz não ser nem a favor, nem contra - ou não soube responder. Foram ouvidos 220 deputados e 27 senadores entre os dias 23 de setembro e 8 de outubro. Há uma margem de erro de cinco pontos percentuais.

Há pequena oscilação para baixo do nível de apoio quando se compara com a última enquete, feita em novembro de 2017, ainda durante o governo Michel Temer. Naquela época, declaravam-se favoráveis à privatização da Eletrobras 52,7% dos parlamentares. A grande diferença está entre os opositores, que eram 43,6% do Congresso no ano retrasado. Hoje os contrários estão sete pontos percentuais abaixo, o que provavelmente reflete um Congresso de viés mais liberal, fruto da onda bolsonarista nas últimas eleições.

“É um bom ponto de partida, levando em conta não temos ainda nem sequer um projeto tramitando”, afirma Beatriz Fortunato, gestora da Studio. “Fica a sensação de que o maior desafio será colocar esse projeto realmente em votação, fazê-lo passar pelo funil do Congresso, já que existem muitas agendas paralelas concorrendo, algumas delas com protagonismo, como a reforma tributária.”

Em evento realizado pelo **Valor** e pelo jornal “O Globo” em setembro, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), alertou que existe hoje “muita dificuldade” para obter aval à privatização entre os senadores. “Em relação à Eletrobras, especialmente senadores do Norte e Nordeste, há um receio em autorizar a privatização”, advertiu Alcolumbre.

Ele sugeriu ao governo iniciar o processo de venda das estatais por outras companhias, como os Correios, em que também haveria resistência, mas menor. Desde aquele dia, o valor da ação Eletrobras ON caiu de R\$ 42,55 para R\$ 35,98.

Numa coisa a declaração de Alcolumbre e a sondagem recém-concluída convergem: a privatização dos Correios tem o maior apoio e a menor rejeição entre as maiores estatais - que incluem ainda Petrobras, Banco do Brasil e Correios(*ver tabela acima*).

Em outro aspecto, o presidente do Senado pode ter exagerado: o grau de aprovação à perda de controle da Eletrobras pela União é muito menor nas bancadas do Norte (36,9%) e do Nordeste (41,5%) do que nas bancadas das regiões Sul (55,6%), Sudeste (56%) e Centro-Oeste (73%). Mas não parece algo tão comprometedor a ponto de sustar os planos oficiais.

Outra mudança na comparação com o levantamento de 2017 é que, desta vez, o nível de apoio à privatização da Eletrobras pouco sobe - de 50,5% para 54,7% -

quando os parlamentares são confrontados com a possibilidade de “estímulos” como o uso de recursos em medidas de revitalização do rio São Francisco e a existência de uma “golden share” (ação com direito a veto em decisões estratégicas) nas mãos da União. Há dois anos, a presença da “golden share” fazia o patamar de aprovação crescer para mais de 60% dos parlamentares.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, já disse que o governo não mudou os planos com a advertência feita por Alcolumbre e está prestes a mandar um novo PL ao Congresso - desta vez, sem a “golden share” que havia no projeto da gestão Temer.

A mudança na lei para permitir a privatização da Eletrobras requer maioria simples nas duas Casas legislativas. Mais do que o PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, as bancadas do PSD e MDB dão o maior apoio percentual à ideia. Como nas sondagens anteriores, o PT e o PSB lideram como bancadas contrárias. Pelo cronograma do governo, a capitalização da Eletrobras ocorrerá em meados de 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto e Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Aneel quer reduzir valor da bandeira tarifária amarela

Agência estuda rever para cima a cobrança extra da bandeira vermelha sobre as contas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve reduzir, até o fim do mês, o valor adicional cobrado pela bandeira tarifária amarela, que em 1º de julho subiu de R\$ 1,00 a cada 100 kilowatts-hora (kWh) consumidos para R\$ 1,50. Atualmente, é essa bandeira que está em vigor no país por causa do aumento de custo da geração em período de baixa no nível dos reservatórios das hidrelétricas. O compromisso foi assumido pelo diretor-geral da Aneel, André Pepitone da Nóbrega, com o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA). Com a mudança, a bandeira custará R\$ 1,34/100 kWh.

Passarinho é autor de projeto de decreto legislativo (PDL) em discussão na Comissão de Minas e Energia da Câmara para sustar o aumento das bandeiras tarifárias, acionadas para repassar ao consumidor o custo do período de chuvas

mais fraco, que exige maior uso de termelétricas (mais caras). Com o acordo, confirmado por fonte da Aneel, o projeto deve ser retirado.

Segundo o deputado, a Aneel “arredondou” o preço das bandeiras, o que levou ao aumento de 50% na amarela. “Isso ia gerar um aumento de R\$ 314 milhões na arrecadação. Havia a promessa de que, no ano que vem, esse adicional seria repassado para a conta, mas alguém aceita pagar a mais o cartão de crédito e receber de volta no ano que vem em 12 meses?”, questionou.

O argumento da Aneel para arredondar as bandeiras era facilitar a compreensão dos consumidores. “O diretor-geral da Aneel se comprometeu a não arredondar mais o preço das bandeiras, até porque não faz sentido, o resto da conta de energia não é arredondado. Mas ele pediu até o fim do mês para oficializar essa decisão porque a Aneel é um órgão colegiado, o processo precisa ser passado para um relator e votado depois pelos demais diretores”, disse. A aprovação deve ocorrer nas reuniões da agência dos dias 23 ou 29.

Com a mudança, as bandeiras vermelhas, que tinham aumentado menos por causa de um arredondamento para baixo, subirão. Não há, contudo, perspectiva de que sejam utilizadas agora, afirmou Passarinho. “O próprio diretor da Aneel me disse que as chuvas começaram antes esse ano e a expectativa é que a bandeira amarela seja desacionada mais cedo e volte para a bandeira verde”, comentou.

Na agência, a expectativa é que a bandeira verde - sem custo adicional para o consumidor - volte a ser acionada em novembro, com o retorno efetivo do período chuvoso nas principais bacias hidrográficas do setor. Por isso, a proposta de abandonar o arredondamento dos valores não teria efeito até o retorno do período de estiagem, em abril de 2020, quando a bandeira amarela pode ser novamente acionada.

Com a proposta de aplicar os custos reais das bandeiras sem os arredondamentos, os adicionais das bandeiras vermelhas também sofreriam alteração. Atualmente, a bandeira vermelha patamar 1 conta com o valor adicional de R\$ 4,00/100 kWh e a do patamar 2 de R\$ 6,00/100KWh.

O patamar 1 deve ser elevado para R\$ 4,17, e o patamar 2, para R\$ 6,24, segundo tabela da agência. Embora isso leve a um aumento das bandeiras maiores, Passarinho argumenta que a amarela vigora por mais tempo no ano e que as vermelhas só são acionadas em períodos mais críticos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/10/2019****Seção: Brasil****Autor: Renan Truffi — De Brasília****Título: Vazamento veio de navio estrangeiro, diz Salles****Ministro defende aprimoramento de “mecanismos” que possam evitar novas tragédias ambientais**

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse que o óleo vazado na costa brasileira e que atingiu praias de ao menos nove Estados do Nordeste veio de um navio estrangeiro “com derramamento acidental ou não”. Além disso, Salles corroborou informação da Petrobras de que o petróleo seria venezuelano.

"Esse petróleo que está vindo muito provavelmente da Venezuela, como disse o estudo da Petrobras, é um petróleo que veio de um navio estrangeiro, ao que tudo indica, navegando próximo à costa brasileira, com derramamento acidental ou não, e que nós estamos tendo uma enorme dificuldade de conter", afirmou em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

Salles também usou o episódio para defender um aprimoramento de “mecanismos” que possam evitar tragédias ambientais como essa. “Estamos tendo dificuldade de conter [o óleo] não por inação dos órgãos, que estão trabalhando incessantemente desde o início de setembro”, disse ele, buscando diferenciar os incidentes com causa determinada dos casos em que a origem do óleo é desconhecida, como o episódio atual. “Quando é uma origem indeterminada e desconhecida, como o caso presente, a sistemática precisa ser claramente aprimorada.”

Ele destacou também que os recursos repassados pela Noruega para o Fundo Amazônia, destinados a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na floresta, são fruto da exploração de petróleo. Segundo ele, o país europeu “soube fazer essa exploração” e, por isso, o Brasil precisa colocar “mais pragmatismo” nessa discussão. “A Noruega soube usar esses recursos [da exploração de petróleo] para construir um fundo soberano que garante uma série de benefícios sociais”, afirmou. “[Esse caso] vislumbra como há, sim, consequência positiva quando o endereçamento dos temas dos recursos ambientais é feito com bons parâmetros.”

Na opinião do ministro, o Brasil teve, nos últimos anos, uma política ambiental “avessa ao desenvolvimento”. Segundo Salles, não há como garantir preservação da floresta se a população que vive no Estado sofre com problemas

de razão econômica. Para ele, até agora, apenas ONGs eram bem-vindas na Amazônia e isso “não resultou bem”. “Não tivemos até hoje as políticas adequadas para atração de investimento do ecoturismo para a Amazônia.”

Ele também relativizou a resistência do governo em demarcar terras indígenas. “Já há bastante demarcações”, disse Salles, que foi surpreendido por um jovem que lhe entregou o “Prêmio Exterminador do Futuro” na audiência. Ele colocou o a imagem de um boneco sobre o tronco de uma árvore cortada sob a mesa e não respondeu à provocação do jovem, que foi retirado pela segurança.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

Título: Minas envia projeto a Assembleia para vender estatal

Zema diz que foi primeiro passo de um plano mais amplo de privatizações

O governo de Minas Gerais encaminhou ontem à Assembleia Legislativa projeto de lei que propõe a privatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), dona de direitos de parte de uma mina responsável pela maior produção de nióbio do mundo.

O governador Romeu Zema (Novo) afirmou que esse é o primeiro passo de um plano mais amplo de privatizações. “Nossa intenção é privatizarmos todas as empresas de Minas”, disse acrescentando que as próximas da lista são Cemig, Copasa e Gasmig.

A Cemig é uma das maiores empresas de energia elétrica do país. Segundo o **ValorPRO**, o serviço de informações em tempo real do **Valor**, o valor de mercado da elétrica era de R\$ 20,9 bilhões. Já a Copasa (de saneamento) estava avaliada em R\$ 8,2 bilhões. A distribuidora de gás Gasmig não tem ações em bolsa. O plano de venda da estatais tem como objetivo viabilizar a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), do governo federal.

Desde o início do mandato, em janeiro, Zema defende que o RRF é a única saída viável para Minas equilibrar as contas deixar um quadro de severa crise fiscal, que se arrasta há alguns anos. O Orçamento do Estado está no vermelho desde 2015 e deve fechar este ano com déficit de R\$ 15 bilhões.

Se formalizar a adesão ao RRF, Minas ficará por três anos sem pagar serviço da dívida que tem com a União. Isso significaria que o Estado deixaria de pagar cerca de R\$ 8 bilhões por ano à União, facilitando o equilíbrio das contas. Mas,

para aderir ao regime, o Estado precisa reduzir gastos com funcionalismo e privatizar empresas. O único Estado que já aderiu ao RRF é o Rio de Janeiro.

Segundo Zema, não ainda há ainda um cronograma definido sobre quando serão enviados à Assembleia os próximos projetos de privatização. “A Assembleia já tem uma série de pautas importantes hoje e não queremos sobrecarregá-la mais”, disse. “Vamos na velocidade que eles pedirem.” Mas acrescentou: “Não podemos é delongar um, dois anos”.

Zema não tem maioria na casa e os projetos no âmbito do RRF serão o primeiro grande teste da capacidade política do governo.

O Executivo enviou ontem mais dois projetos, além do da Codemig. Um deles pede aval dos deputados para a adesão ao RRF; outro pede autorização para que o Estado tente vender no mercado financeiro papéis lastreados em recebíveis da Codemig. Com essa operação, o governo espera levantar de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões e, assim voltar a pagar em uma única parcela o salário dos servidores e ter caixa para honrar o 13º salário deste ano.

Ao privatizar a Codemig, o Estado abrirá mão de direitos minerários de uma grande mina de nióbio, localizada no município de Araxá, oeste de Minas, afirmou ao **Valor** o secretário de Planejamento, Otto Levy.

Os direitos sobre outra parte da mina pertencem à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), que é controlada pela família Moreira Salles, sócia do Itaú Unibanco. Pela sociedade, a Codemig recebe 25% da receita que a CBMM auferir com a venda de nióbio - a fatia paga ao Estado neste ano deverá ficar em R\$ 1 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

Título: Projeto da cessão onerosa avança na Câmara

A Câmara aprovou, em votação simbólica, o projeto de lei que destina 33% dos R\$ 106 bilhões estimados para o leilão da cessão onerosa do pré-sal para Estados e municípios, mas, numa derrota do ministro da Economia, Paulo Guedes, e da cúpula da Casa, a maioria das travas para evitar que prefeitos gastassem o dinheiro com investimentos foram rejeitadas. O texto segue para análise do Senado, o que deve acontecer na próxima semana.

Só os Estados terão regras sobre como gastar os recursos: precisarão, primeiro, promover o equilíbrio financeiro dos fundos de previdência de seus servidores para só então, se restar dinheiro, gastar com investimentos. A equipe econômica queria que, antes das obras, governadores e prefeitos quitassem os precatórios alimentares (dívidas judiciais trabalhistas), mas a proposta acabou derrubada durante as negociações.

O líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), afirmou que as travas visavam sanear as contas públicas. “Como são recursos que só ocorrerão uma vez, queríamos destinar para algo estrutural, mais duradouro.” Para ele, houve erro político na promulgação da emenda constitucional que autorizou o pagamento da compensação à Petrobras e a deixou que os recursos de Estados e municípios fossem discutidos juntos. “Esse plenário aguenta a pressão de 27 governadores, mas não aguenta de 5,5 mil prefeitos”, pontuou.

Os prefeitos pressionaram ao longo de todo o dia os deputados para que as travas fossem rejeitadas e que pudessem ter recursos em caixa que viabilizassem a entrega de obras às vésperas da eleição municipal, em outubro de 2020. Ligações telefônicas e vídeos nas redes sociais irritaram os parlamentares e muitos bateram boca com os prefeitos.

Um grupo grande deles, liderados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), se aglomerou no salão verde da Câmara e ficou cobrando mudanças. “Se tiver que pagar primeiro previdência e precatórios, não vai sobrar dinheiro para investimentos”, reclamou o presidente da entidade, Glademir Aroldi, a deputados.

Logo após deputados saírem da reunião para anunciar o acordo aos prefeitos, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), deixou a sala em direção ao plenário e foi ovacionado por causa dos termos finais do projeto. Ele, que negociava com Guedes e os partidos manter as travas, não disfarçou a contrariedade e seguiu reto, sem parar para as saudações.

As cidades não terão nem a trava inicial de precisar, antes dos investimentos, quitarem dívidas previdenciárias com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou equilibrarem seus fundos próprios de previdência. Os prefeitos poderão gastar com “previdência ou investimentos”. “É óbvio que vão torrar o dinheiro em obras”, resumiu Lira.

A única restrição a prefeituras e governos estaduais será a proibição de que gastem o dinheiro com pagamento de funcionários. Deputados ponderaram

que, na prática, um governador pode redirecionar recursos que estavam previstos para investimentos para aumentar a folha salarial e o dinheiro novo para as obras, mas que terá dificuldades de fechar as contas nos anos seguintes porque o dinheiro do bônus só será pago uma vez.

As negociações sobre as travas suplantaram as discussões sobre a repartição dos recursos, acertadas no dia anterior entre Maia, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o governo. Os governadores ficarão com 15% do leilão, divididos numa fórmula que misturou o Fundo de Participação dos Estados (FPE), que privilegia Norte e Nordeste, com a compensação pelas desonerações da Lei Kandir às exportações, que beneficia mais Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A mudança levou a protestos dos deputados nordestinos, mas que tinham, na sua maioria, cedido para viabilizar o acordo. “Existe perda significativa do Nordeste, mas, em nome do acordo, decidimos aceitar, mesmo que nós do Nordeste não estejamos satisfeitos”, disse o líder do PDT, André Figueiredo (CE). Já os prefeitos receberão com base nos critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além disso, o Rio de Janeiro, onde está a área explorada, ficará com R\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Política

Autor: Marina Falcão, Cristian Klein e Marta Watanabe — Do Recife, Rio e São Paulo

Título: Nordeste e Norte perdem com nova partilha

A inclusão do critério da Lei Kandir na distribuição da receita da cessão onerosa traz perda para todos os Estados do Norte e do Nordeste, além do Distrito Federal. Ao mesmo tempo, aumenta a fatia destinada a São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul - cinco das sete bancadas mais representativas na Câmara dos Deputados. Com a mudança, a participação dos governos estaduais do Sul, Sudeste e Centro-Oeste nas receitas destinadas aos Estados avança de cerca de 20% para 40%.

A mudança resulta da troca de critério, que antes distribuía os recursos com base nos índices do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Pelo novo critério os Estados devem receber 15% das receitas, já líquidas do valor que deve ser pago à Petrobras. Desse valor, dois terços serão distribuídos de acordo com o

FPE e um terço pela participação na distribuição de recursos da Lei Kandir e do Fundo de Auxílio Financeiro Para Fomento das Exportações (Fex).

As várias projeções que circularam ontem mostram que São Paulo é o que mais ganha em termos absolutos com a nova regra. Com a mudança, o Estado deve receber de R\$ 560 milhões a R\$ 620 milhões a mais do que na regra anterior, dependendo do cálculo. Pelo critério anterior, receberia em torno de R\$ 100 milhões. A divisão considerando a Lei Kandir foi defendida na terça-feira pelo governador de São Paulo, João Doria (PSDB). Minas Gerais é o que deverá ter a maior fatia destinada aos Estados, em estimativas que vão de cerca de R\$ 840 milhões a R\$ 900 milhões.

Segundo levantamento encaminhado ao **Valor** pelo governo do Piauí, São Paulo terá um ganho de R\$ 618 milhões com a inclusão do critério da Lei Kandir para distribuição dos recursos aos Estados em relação à regra que considerava apenas o FPE. Pela regra 100% FPE, São Paulo só ganharia R\$ 90,5 milhões e agora levará um total R\$ 708,54 milhões do bolo. Representativo na Câmara dos Deputados, Pernambuco, ainda segundo o levantamento, será o mais prejudicado, recebendo R\$ 191,7 milhões a menos em relação ao critério anterior. A Bahia também perde com o critério da Lei Kandir, mas continuará entre os que receberão as maiores fatias de receitas.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), disse que considera “lamentável” a nova proposta para distribuição de recursos da cessão onerosa. Ele tem chamado a proposta de “Robin Hood invertido”, pois “tira recursos dos Estados mais pobres para honrar uma dívida da União, a Lei Kandir, com Estados mais ricos”. Segundo Dias, a nova proposta trouxe perda de R\$ 1,7 bilhão para os nove Estados do Nordeste, sendo R\$ 160 milhões apenas para o Piauí. “A gente vinha num ambiente de confiança na Câmara, no Senado, na relação com o governo e lamentavelmente estamos vendo todos os dias uma ruptura daquilo que é acertado.”

O governador disse que o ambiente pode prejudicar a votação da reforma da Previdência no Senado. “Independentemente de quem é governo e quem é da oposição, estamos falando de uma receita do nosso povo. Quem vai ter coragem de votar uma coisa que tira dinheiro de seus Estados para mandar para regiões mais ricas do país, para pagar uma conta da União? Há uma reação”, afirmou. Segundo Dias, a proposta da reforma da Previdência conta hoje com 56 votos no Senado e bastariam “oito ou nove” senadores dizerem que não votam mais para o projeto não passar. “Você poderia me questionar: o que tem a ver a reforma da Previdência com a partilha do pré-sal? A rigor, nada. Mas o que tem a ver Lei Kandir com a regra da partilha do pré-sal? Nada”, disse.

Dias ressalta que os Estados já tiveram prejuízo na distribuição dos recursos da cessão onerosa, quando o governo abriu mão do Imposto de Renda. “Metade disso era de Estados e municípios, uma montanha de dinheiro de que estamos abrindo mão”, diz o governador, referindo-se à arrecadação do IR, que compõe o FPE distribuído aos Estados.

Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul, diz que a inclusão do critério da Lei Kandir na divisão de receitas melhorou a distribuição dos recursos. “Com essa proposta, a divisão ficou mais equilibrada do que na anterior, na qual o Rio Grande do Sul receberia em torno de R\$ 100 milhões e a Bahia, R\$ 1 bilhão.”

Com o novo critério, avalia o governador gaúcho, a fatia do Estado passa de R\$ 130 milhões para cerca de R\$ 450 milhões. A nova regra, diz ele, considera o critério do FPE, que leva em conta as condições sociais e econômicas dos Estados. “Mas não se pode esquecer dos Estados do Sul e Sudeste, exportadores, que não têm recebido os repasses da Lei Kandir e do Fex e que também têm questões como o problema do déficit previdenciário, resultante do seu perfil demográfico.”

Para Leite, as novas regras não rompem acordos e não devem afetar o andamento de outros assuntos, como a reforma previdenciária. “A aprovação da reforma previdenciária é necessária para o Brasil, e eu nunca fui partidário de interromper essa discussão para debater cessão onerosa ou qualquer outro tema.”

O novo acordo sobre a partilha também agradou o Espírito Santo, que receberá cerca de R\$ 70 milhões a mais do que estava previsto pela regra anterior. Com o novo critério, o Espírito Santo receberá cerca de R\$ 330 milhões em vez dos R\$ 260 milhões calculados anteriormente. “É uma boa notícia para o Espírito Santo”, afirmou o secretário estadual de Fazenda, Rogério Pegoretti.

O secretário diz que, apesar da determinação de que os Estados destinem os recursos para sanar, prioritariamente, eventual déficit previdenciário, o Espírito Santo utilizará o dinheiro para investimento. Isso porque o governo já estava preparado para aportar recursos próprios do orçamento para cobrir o rombo da Previdência, que hoje chega a R\$ 2,4 bilhões. A ideia, diz, é fazer uma substituição e destinar o mesmo valor do bônus da cessão onerosa para investimento. “Vamos utilizar os recursos equivalentes exclusivamente em investimento, no fundo de infraestrutura que criamos neste ano”, disse Pegoretti. Para ele, a destinação prioritária de recursos para cobertura de déficits previdenciários não deve desincentivar a aprovação de reformas pelos Estados.

O secretário diz que o efeito da reforma em tramitação no Congresso reduz em apenas R\$ 100 milhões o déficit capixaba. “Isso está longe de resolver nosso problema. Por isso, mesmo esquecendo a PEC paralela, estamos estudando um projeto para replicar aos servidores estaduais as regras aplicadas aos servidores federais”, diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Política

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: TCU referenda com ressalvas processo que trata do leilão dos excedentes

Aprovação diminui insegurança jurídica

Por unanimidade e com ressalvas, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem o processo que trata do leilão dos excedentes da cessão onerosa do pré-sal. Apesar de não ser uma exigência legal para a realização do certame, marcado para o dia 6 de novembro, o aval do órgão de controle é importante para a segurança jurídica da concorrência.

O ministro Raimundo Carreiro, relator do processo, acatou integralmente o parecer da unidade técnica do tribunal. Ao final, apresentou um voto com quatro ressalvas, com destaque para a necessidade de estruturação da Petróleo Pré-Sal SA (PPSA), estatal criada para representar a União em contratos de partilha de produção, modelo previsto para os excedentes da cessão onerosa.

O TCU também destacou problemas na modelagem econômica do leilão, especialmente no que se refere às estimativas dos valores de compensação à Petrobras. Os vencedores do leilão devem reembolsar a estatal pelos investimentos já realizados nas áreas da cessão onerosa nos últimos anos e também pelo adiamento de receitas previstas antes da decisão de oferecer as áreas à iniciativa privada.

Durante a votação, o ministro Bruno Dantas disse que adiar o leilão poderia resultar na perda de uma janela de oportunidade de dezenas de bilhões e reais. Somente com bônus de assinatura, o leilão deve movimentar R\$ 106,5 bilhões.

Antes da decisão do TCU ser oficializada, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que a cessão onerosa é o evento mais importante do trimestre, do ponto de vista das políticas fiscal e energética.

O tribunal determinou ainda que a PPSA assuma imediatamente a representação da União no leilão dos excedentes. A estatal deverá receber as

informações necessárias para estar apta a atuar em defesa dos interesses da União caso algum bloco não seja arrematado no certame. Nesse cenário, a Petrobras continuaria explorando pelo regime de cessão onerosa, mas a União teria direito a uma parcela da produção.

Carreiro se comprometeu ainda pautar para 23 de outubro outro processo, que trata da revisão do contrato de cessão onerosa, assinado em 2010. Pelo acordo, a Petrobras deveria pagar US\$ 42 bilhões para a União, em troca do direito de explorar 5 bilhões de barris. **(Colaborou Lu Aiko Otta)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Parceria Petrobras/Equinor

A Petrobras e a norueguesa Equinor assinaram ontem um memorando de entendimentos com o objetivo de atuar no desenvolvimento conjunto de negócios em gás natural, produzido a partir de projetos em parceria. Segundo a estatal brasileira, o acordo ocorre em continuidade à parceria estratégica firmada entre as companhias em dezembro de 2017 e um dos principais objetivos “é a maximização de valor” no segmento “downstream” (refino e distribuição), com projetos de geração termelétrica e gás natural, bem como estudos de viabilidade sobre ativos de processamento de gás e escoamento de líquidos nas áreas do Terminal de Cabiúnas em Macaé (Tecab) e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro em Itaboraí (Comperj), onde há uma unidade de processamento de gás natural (UPGN) em construção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata — De São Paulo

Título: Enel volta a avaliar ativos no setor de distribuição

Em 2020, o grupo italiano Enel poderá voltar a fazer aquisições de distribuidoras de energia no Brasil, segundo Francesco Starace, CEO global da companhia.

No último ano, a empresa passou por um período de “digestão”, após a compra de grandes ativos: a distribuidora de Goiás, no fim de 2016, e a Eletropaulo, em

maio de 2018. Com isso, o grupo abriu mão de participar dos leilões de desestatização da Eletrobras realizados no segundo semestre do ano passado - embora o pacote da estatal incluísse ativos interessantes ao grupo, como as companhias no Piauí e em Alagoas.

Agora, essa consolidação já está avançada e será concluída em 2020, afirma o executivo.

A expansão no Brasil, porém, dependerá do ritmo de leilões. “Não é um mercado em que podemos simplesmente decidir comprar, alguém tem que vender. Não sabemos o que haverá no mercado em 2020 no Brasil. Poderia ser [a distribuidora de] Brasília. Vamos olhar as oportunidades”, disse ele, em almoço com jornalistas realizado ontem em São Paulo.

Um dos possíveis alvos da Enel é a Companhia Energética de Brasília (CEB), cujo processo de desestatização será conduzido pelo BNDES. O governo do Distrito Federal já assinou contrato com o banco de fomento para a realização dos estudos. Segundo Starace, o ativo “faria sentido” para a empresa, devido a sinergias com a operação em Goiás.

Outra distribuidora atrativa é a Light, no Rio de Janeiro - Estado onde a Enel já atua com a Ampla. No entanto, o executivo demonstra pouca expectativa de que a venda da companhia de fato sairá do papel - ao menos no curto prazo.

“Obviamente a Light faz sentido. Mas faz sentido há cinco anos. É um longo tempo, e nada acontece. Somos pacientes, mas vamos ver. Não podemos forçar esse processo, temos que esperar para ver. Seguimos acreditando que faz sentido para nós”, diz.

De modo geral, o executivo afirma que a companhia vai mirar distribuidoras em grandes centros metropolitanos, onde o grupo tenha sinergia com suas operações atuais.

Hoje, a Enel já controla quatro companhias do segmento no país. Além de São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro, a empresa tem uma distribuidora no Ceará.

A consolidação da Enel São Paulo (ex-Eletropaulo) tem sido mais rápida do que o esperado, segundo Starace. Ele conta que o principal desafio tem sido atender ao padrão de qualidade esperado pelos consumidores paulistas, que é até mais alto do que o do próprio órgão regulador, diz. “Ainda não chegamos no nível que buscamos, mas em 2020 acho que chegaremos.”

Já a operação de Goiás tem sofrido mais dificuldades. A Companhia Energética de Goiás (Celg), hoje chamada Enel Distribuição Goiás, foi a primeira

distribuidora da Eletrobras a ser vendida, em um leilão realizado em novembro de 2016.

Desde então, a Enel tem sido fortemente pressionada a elevar a qualidade do serviço mais rapidamente, tanto por políticos goianos quanto pela agência reguladora. Os parlamentares do Estado chegaram a abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar o novo comando da elétrica.

Questionado sobre as dificuldades, o executivo afirmou que resistências políticas já são esperadas quando a empresa entra em um novo negócio. “Sabemos que haverá partidos felizes com a privatização e outros, não”, disse.

O executivo defendeu que a Enel tem feito melhorias na companhia desde que ela foi adquirida. “A Celg era uma das piores distribuidoras do país. Nós trabalhamos muito para melhorar a situação, mas é um processo que leva tempo. É compreensível [a resistência]. Mas a situação melhorou muito. E há um plano para melhorar gradualmente.”

No fim do ano passado, a Enel anunciou um plano de investimentos de € 4 bilhões (o equivalente a cerca de R\$ 18 bilhões) no Brasil entre 2019 e 2021. O executivo não informa a cifra para o próximo ciclo (de 2020 a 2022), que será anunciada em novembro, mas indica que não haverá redução.

Ele reconhece que a recuperação da economia brasileira tem sido mais lenta que o esperado, mas justifica, afirmando que o país tem sido prejudicado pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, e a consequente desaceleração global.

“Todos reclamam [da retomada lenta no Brasil], mas não lembram como o resto do mundo está indo”, diz. Para ele, a incerteza em relação ao futuro tem deixado as companhias em compasso de espera, que por sua vez têm retido investimentos. “O Brasil sofre com essa incerteza. Não é algo que o governo brasileiro possa resolver”, afirmou.

Starace também reforçou a intenção do grupo em seguir investindo em energias renováveis, outro importante segmento para a Enel. “O Brasil foi o primeiro país onde a competitividade da energia renovável ficou clara”, disse. Hoje, a Enel já tem 2,4 gigawatts (GWs) em operação no Brasil e outros 2 GWs de usinas renováveis em construção - deste total, metade é fruto de leilões do governo federal, e a outra metade é direcionada ao mercado livre (com contratos firmados diretamente com o setor privado).

Perguntado sobre a intenção de participar de leilões de transmissão, o executivo disse que esta é uma questão ainda não resolvida pelo grupo. Na Europa, empresas que operam distribuidoras não podem participar de

transmissão. A dúvida do grupo é se, em países sem essa restrição, seria interessante entrar no segmento. “Ainda não decidimos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti — De São Paulo

Título: Neoenergia antecipa investimentos em energia eólica

Após ampliar substancialmente os investimentos em Brasil no início deste ano, a Iberdrola, controladora da Neoenergia, a segunda maior distribuidora de energia do país, decidiu também antecipar. O investimento total em 2019, antes previsto para cerca de R\$ 5 bilhões, deve ficar cerca de 8% maior, ou R\$ 400 milhões.

“Não há uma mudança no total programado para os próximos anos, mas uma decisão de executar antes”, explicou Ignacio Sánchez Galán, presidente global da Iberdrola, em entrevista ao **Valor**, durante sua visita ao Brasil. O principal motivo é a expectativa de um aumento da demanda. “Quem estiver pronto antes vai rentabilizar melhor seus investimentos”, afirmou o executivo, que também é presidente do conselho de administração da controlada brasileira.

Plano original previa R\$ 5 bilhões para 2019, mas volume deve ficar cerca de 8% maior, com execução acelerada

Ele contou que, no começo desta semana, a Neoenergia deu a largada na construção do projeto Chafariz, na Paraíba, composto por 15 parques eólicos e que vai totalizar 471 megawatts (MW). O cronograma original previa o início das obras apenas para o segundo trimestre de 2020.

Em setembro, a empresa já havia aprovado a construção da totalidade do complexo eólico de Oitis, com dez parques localizados no Piauí e na Bahia, um projeto de R\$ 1,9 bilhão.

Com os projetos em andamento, a Neoenergia vai triplicar a geração de energia eólica no Brasil. Atualmente, possui 520 MW de capacidade, distribuídas em 17 parques, e tem mais de 1.000 MW em fase de construção, para acrescentar mais 27 parques ao que já está em operação. “Construímos 520 MW, em energia eólica, em seis anos e agora vamos acrescentar 1.000 MW em quatro anos.” A capacidade de geração total instalada do grupo, incluindo outras matrizes, é de 3.900 MW.

Presente no Brasil desde 1997, a Iberdrola anunciou um aumento dos investimentos no país no início de 2019. A previsão de R\$ 20 bilhões em cinco

anos subiu para um intervalo entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões. Desse total, R\$ 16 bilhões serão colocados em distribuição, onde o grupo promove uma verticalização para ampliar não apenas cobertura mas também a automação dos processos - algo que, segundo ele, ainda há muito a fazer no Brasil.

O executivo interrompe um instante a fala sobre o país para contar o que a companhia realizou recentemente na Espanha. “Há três semanas, tivemos chuvas fortes e alagamentos severos na Espanha. Mas hoje nossas redes contam com inteligência artificial e, sozinha, sabe onde estão as falhas e busca caminhos alternativos. Cerca de 400 mil pessoas ficaram sem luz. Em menos de uma hora, 398 mil tiveram o serviço restaurado sem nenhuma intervenção humana. Em velocidade normal, manualmente, essa correção levaria mais de uma semana”, comemora.

Além da distribuição, outros R\$ 6 bilhões serão destinados nesse período para transmissão e R\$ 5 bilhões, para geração de energia eólica, pela Neoenergia. Galán, que demonstrou otimismo com o governo de Jair Bolsonaro no início deste ano, mantém a visão positiva com o país.

O programa de investimento é calcado em crescimento por meio de novos projetos e avaliações de oportunidades em leilões. A companhia tem sido ativa e em dezembro passado foi uma das maiores compradoras no leilão de transmissão. Atualmente, tem 679 km em operação e 4,7 mil km em construção.

No orçamento para os próximos anos, não há aquisições incluídas, embora possa avaliar ativos no processo de privatização. No ano passado, a Neoenergia disputou e perdeu para a italiana Enel o controle da Eletropaulo. Mas, neste momento, o foco é orgânico.

“Temos que colocar na frente a necessidade dos clientes. Não podemos correr risco que aconteça, como aconteceu no passado”, disse, referindo-se ao descompasso entre demanda e oferta ocorrido no país, anos atrás. “É importante anteciparmos tudo que for possível, em especial, nesse momento em que o governo quer implementar uma certa liberalização do mercado.”

Além dos investimentos em geração, a companhia também tem buscado acelerar a execução dos projetos de transmissão. A expectativa é concluir as obras dos leilões conquistados em abril de 2017 no fim de 2020. Além disso, o plano é iniciar as obras de uma das subestações conquistadas no leilão do fim de 2018 entre novembro e dezembro deste ano. “Queremos dar um recado claro ao mercado da nossa capacidade de execução. Fomos cobrados por isso durante as apresentações com investidores”, comentou o executivo.

A Neoenergia realizou em junho sua oferta pública inicial (IPO) na B3, uma operação de R\$ 3,7 bilhões, concentrada na venda de participações do Banco do Brasil e da Previ no negócio. A companhia, que estreou avaliada em R\$ 19,4 bilhões, fechou ontem valendo R\$ 25 bilhões na bolsa. A empresa reúne, além de projetos de geração e transmissão, as distribuidoras Elektro (interior de SP e MS), Coelba (BA), Celpe (PE) e Cosern (RN), com um total de 34 milhões de pessoas servidas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Energisa e Fiemg

A Energisa, por meio da controlada Alsol Energias Renováveis, firmou parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) para fornecer às empresas associadas à entidade energia solar com descontos. A partir da parceria, a companhia prevê construir, entre 2019 e 2021, projetos no total de 75 megawatt-pico (MWp) de capacidade e investimentos de R\$ 300 milhões. “No caso, a geração solar distribuída permitirá que empresários economizem sem fazer investimentos em infraestrutura. Trata-se de um produto desenvolvido especialmente para a Fiemg, visando oferecer alternativas para todos os seus filiados, sejam eles clientes de baixa ou de média tensão”, informou a Energisa, em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Eletrobras avalia capitalização por minoritário

Diretoria começou a analisar aumento de capital por meio das Afacs, mas ainda não há deliberação

A diretoria da Eletrobras analisou, na terça-feira, a proposta de realização de um aumento de capital para integralizar os aportes feitos pela União nos últimos anos em Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (Afacs), no total de cerca de R\$ 4 bilhões. O **Valor** apurou que o tema foi discutido, mas ainda não houve deliberação sobre o assunto.

Conforme reportagem publicada pelo **Valor** na terça-feira, a ideia do governo e Eletrobras é realizar um aumento de capital com recursos dos minoritários. O objetivo da medida é desonerar a companhia, já que os aportes da União são corrigidos pela taxa Selic, e limpar o balanço da empresa, preparando-a para uma futura privatização. A operação também aumentará o volume de recursos que o governo poderá receber da Eletrobras neste ano, em dividendos retidos.

O **Valor** apurou que a diretoria da Eletrobras ainda está estudando detalhes da medida, ao mesmo tempo em que aguarda a publicação de um decreto do presidente Jair Bolsonaro autorizando a operação e formalizando que não haverá dinheiro novo da União na capitalização. A expectativa de pessoas que participam das conversas é de que o decreto seja publicado ainda nesta semana.

Caso isso ocorra, existe a possibilidade de antecipação da reunião do conselho de administração da Eletrobras para amanhã para deliberar sobre o assunto. O objetivo é ganhar tempo para permitir que o pagamento de dividendos retidos possa ser liberado ainda neste ano, contribuindo para as contas do governo em 2019.

Procurada, a Eletrobras não se manifestou sobre o assunto.

Na segunda-feira, porém, a companhia publicou fato relevante confirmando que “vem avaliando junto ao seu controlador a possibilidade de capitalização desses Afacs que, devido a sua atualização pela taxa Selic, onera a companhia”.

Na ocasião, a empresa acrescentou que a operação depende de aprovação pela diretoria executiva e pelo conselho de administração, além de manifestação do conselho fiscal e do comitê de auditoria e risco estatutário e, claro, de emissão de decreto presidencial.

No documento, a Eletrobras explicou ainda que, “se e quando a operação ocorrer”, os acionistas terão direito de preferência.

Ainda não se sabe como o BNDES deverá se posicionar, caso a operação se confirme. O banco tem 16% das ações ordinárias e 2,73% das preferenciais da elétrica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval — Financial Times, de Londres

Título: Chefe da BP rebate críticas ambientais contra gás natural

Bob Dudley disse que o gás tem um “papel vital” a desempenhar em qualquer transição para combustíveis mais limpos

O presidente-executivo da BP disse ontem que o movimento contra os combustíveis fósseis também está atacando o gás, além do carvão e do petróleo, e isso poderá atrapalhar as aspirações mundiais de reduzir as emissões de carbono e impedir as mudanças climáticas.

“Uma das minhas preocupações é que o gás está sendo cada vez mais marginalizado, e até mesmo vilipendiado e demonizado”, afirmou Bob Dudley durante uma conferência do setor realizada em Londres.

Dudley, que passará o cargo para Bernard Looney em fevereiro, disse que o gás tem um “papel vital” a desempenhar em qualquer transição para combustíveis mais limpos, ajudando a atender a demanda por energia.

A troca do carvão para o gás reduziu as emissões de dióxido de carbono em mais de 500 milhões de toneladas somente nesta década, afirmou o executivo. “Isso é um ganho obtido precisamente porque o gás emite metade do carbono do carvão quando queimado para geração de energia. É por isso que o gás é tão importante”, completou.

O gás é mais limpo que o petróleo e o carvão, mas mesmo assim é um combustível fóssil e vem sendo atacado por ambientalistas. Os críticos pedem uma mudança rápida na matriz energética para as energias renováveis para evitar o aquecimento global.

Os defensores do gás dizem que o combustível será essencial para garantir a segurança do fornecimento de energia, uma vez que o vento não sopra o tempo todo e o sol nem sempre brilha. Ele também será essencial, uma vez que o mundo ainda dependerá dos hidrocarbonetos pelas próximas décadas.

“Excluir o gás - quando há tanta coisa em jogo - é assumir um risco enorme e desnecessário”, afirmou Dudley. O presidente-executivo da BP acrescentou que o gás é abundante, disponível e um “estoque eficiente de energia, de uma maneira que as baterias não podem replicar”.

Mesmo assim, o metano é o principal componente do gás natural e é liberado na atmosfera durante a produção de petróleo e gás por queima incompleta ou vazamentos em dutos. Embora se decomponha mais rápido que o dióxido de carbono, ele é um grande contribuinte para o aquecimento global.

“Os vazamentos e queimas de metano podem e devem ser resolvidos. E o próprio gás pode e deve ser cada vez mais descarbonizado”, afirmou Dudley, que defendeu que o metano deveria ser regulado pelo governo.

Mas grandes empresas de energia vêm sendo criticadas por continuarem fazendo parte de grupos lobistas do setor que apoiam o governo Trump em sua contínua tentativa de desfazer regulamentações americanas e pressionar pela remoção dos limites às emissões de metano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/10/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: TCU aprova edital do leilão do óleo excedente

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o edital do megaleilão do óleo excedente da cessão onerosa. A disputa está marcada para o dia 6 de novembro, e o bônus de assinatura da disputa é de R\$ 106,6 bilhões – dos quais R\$ 33,6 bilhões serão descontados pela União para pagar a Petrobrás na revisão do contrato original, fechado em 2010. A aprovação do edital pelo TCU era um passo necessário para evitar dúvidas e insegurança jurídica para a disputa, para a qual 14 empresas se inscreveram. O ministro Raimundo Carreiro, relator do processo, acatou quatro ressalvas propostas pela área técnica.

Não impôs, no entanto, nenhuma determinação que obrigue o governo a republicar o edital. Outro passo necessário para a realização do leilão é a aprovação, pelo TCU, da revisão do contrato da cessão onerosa entre União e Petrobrás. Segundo Carreiro, esse processo será julgado pelo TCU no dia 23. Entre as ressalvas, Carreiro mencionou que o **Ministério de Minas e Energia (MME)** não entregou todos os documentos necessários para análise do processo com 90 dias de antecedência em relação à publicação do edital – foram apenas 30 dias.

Ele destacou ainda as dificuldades financeiras e de pessoal da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), estatal que vai gerir os contratos assinados com os investidores. “No entanto, no dia de ontem, recebi das mãos do ministro Bento Albuquerque esse ofício, assinado por ele e pelo ministro da Economia, no qual indicam providências concretas que estão sendo adotadas e assumem o compromisso de serem implementadas em 180 dias”, afirmou Carreiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/10/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Térmicas vão perder nomes de personalidades

A Petrobrás decidiu mudar o nome de mais da metade do seu parque de usinas térmicas, batizadas durante o governo Lula em homenagem a intelectuais, artistas e políticos. A diretoria da estatal, na época, considerou que esse grupo de figuras públicas contribuiu para a industrialização do País e construção da empresa. Na lista, estão nomes como do compositor e ator Mário Lago, incentivador da campanha O petróleo é nosso, e Celso Furtado, um dos proponentes da lei de criação da Petrobrás. Agora, a empresa alega motivações jurídicas para alterar os nomes das termoeletricas.

Segundo a atual gestão, a decisão foi tomada para facilitar os registros no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O argumento é que não seria possível usar os nomes sem o “consentimento do titular, herdeiros ou sucessores”. Por isso, a diretoria optou por retomar o nome original da maioria das térmicas, que faz referência à região onde estão instaladas.

Em seu site, a Petrobrás informa a propriedade de 20 usinas, 11 delas batizadas de 2004 a 2008 como Rômulo Almeida, instalada na Bahia, Sepé Tiaraju (RS), Celso Furtado (BA), Jesus Soares Pereira (RN), Aureliano Chaves (MG), Luís Carlos Prestes (MS), Mario Lago (RJ), Governador Leonel Brizola (RJ), Barbosa Lima Sobrinho (RJ), Fernando Gasparian (SP) e Euzébio Rocha (SP). Familiares dos homenageados protestaram contra a decisão. Já o ex-diretor e idealizador das homenagens, Ildo Sauer, diz que a empresa se cercou de todas as precauções jurídicas antes das inaugurações. Afirmou também que a petroleira arquivou as autorizações, que estão também registradas em atas de reuniões do conselho de administração.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/10/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: José Serra

Título: Preferência pela educação

O ataque de 14 de setembro ao maior complexo de exploração petrolífera do mundo, na Arábia Saudita, trouxe prejuízos transitórios e uma lição duradoura: o mundo está encharcado de petróleo.

Num primeiro momento, especulou-se que o inusitado ataque importaria prêmio de risco geopolítico permanente aos preços do óleo. Quase um mês depois, porém, o pico de alta nas cotações se desvaneceu numa pronunciada queda dos preços dessa matéria-prima. Na véspera do evento, a cotação do Brent foi de US\$ 60,22 o barril; no dia útil seguinte, fechou a US\$ 69,02, uma alta de 15%. Entretanto, três semanas depois, em 2 de outubro, a cotação caiu a US\$ 57,69 - 5% menor que à véspera do ataque.

A lição: o petróleo é uma riqueza cujos dias - ou décadas -estão contados. Enquanto a produção é impulsionada por novas tecnologias, como o fraturamento hidráulico e a exploração em águas ultraprofundas, a demanda não tem acompanhado o crescimento da economia mundial. O gasto energético tem sido mais eficiente e o petróleo vem sendo substituído por outras fontes de energia. De 2008 a 2018, o PIB mundial cresceu 28,3% e a demanda por óleo, apenas 16,1%.

Quanto mais demorarmos, menos bônus extrairemos da riqueza-petróleo. Quando o assunto é o pré-sal, tempo é dinheiro, literalmente.

O Brasil desperdiçou oportunidades trazidas pelos preços maiores do petróleo quando iniciou uma improdutiva e demorada mudança do marco legal do pré-sal. Ficamos cinco anos parados, sem novos leilões de petróleo. E o novo regime aprovado, o de partilha, representou só a volta mal disfarçada do monopólio da Petrobrás. A estatal passou a ser operadora compulsória de, no mínimo, 30% dos campos. E com a obrigação de arcar nessa proporção com os custos de exploração, encargo muito além da capacidade da empresa, então à beira da insolvência por causa de anos de má gestão. O primeiro leilão só foi realizado em 2013, para o campo de Libra.

Em 2016, lei de minha autoria modificou o regime de partilha, transformando a obrigatoriedade de participação da Petrobrás em direito de preferência. O ideal seria ter revogado essa obrigatoriedade, mas o direito de preferência foi o consenso político possível à época.

A mudança permitiu destravar os leilões do pré-sal. Em 2017 e 2018 foram feitas quatro rodadas de licitações, que arrecadaram R\$ 16,1 bilhões em bônus de assinatura e garantiram R\$ 2,5 bilhões em investimentos na fase de exploração.

A competição entre as petroleiras resultou em ofertas de excedente em óleo para a União que chegaram a 80%. O excedente em óleo é o lucro da produção. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis estimou que os campos leiloados nas quatro rodadas do pré-sal renderão R\$ 1,2 trilhão para União, Estados e municípios ao longo de 30 anos, ou R\$ 40 bilhões por ano. Nada mau para um projeto de lei tachado de “entreguista” pelos suspeitos de sempre.

Entretanto, é possível avançarmos ainda mais para aumentar a participação do Estado na renda petrolífera. Em que pese o sucesso dos leilões do pré-sal, ficou claro que o direito de preferência dado à Petrobrás causa distorções que podem frear ou mesmo reduzir o ganho estatal proporcionado pela exploração.

O direito de preferência permite à Petrobrás, caso tenha seu lance superado no leilão, aderir ao consórcio vencedor, tornando-se a operadora do campo, com participação mínima de 30%. Isso pode parecer razoável, em se tratando de empresa estatal. Porém é preciso levar em conta que a Petrobrás participa dos leilões com uma lógica exclusivamente empresarial, isto é, objetivando a maximização de seu lucro. E não se deve esquecer que, apesar do controle ser estatal, a propriedade da empresa, hoje, é majoritariamente detida por acionistas privados.

Vejam do que se trata: na 4ª Rodada de Partilha de Produção, na condição de operadora de um consórcio, a Petrobrás ofertou 18% de excedente em óleo para a União pelo bloco de Três Marias, proposta derrotada por outro consórcio, que ofereceu 49,95%. Como era previsível, a empresa exerceu seu direito de preferência e aderiu ao consórcio vencedor.

Se aderiu, é porque considerou vantajoso, mesmo repassando 49,95% de excedente em óleo para a União - o que não a inibiu de apresentar inicialmente uma proposta tão baixa quanto 18%. Ficou óbvio: o direito de preferência induz a Petrobrás a oferecer lances mais baixos dos que daria na ausência desse direito. A empresa não corre o risco de perder campos que lhe interessem.

Por isso estou propondo agora um passo à frente: um projeto de lei que prevê o fim do direito de preferência da Petrobrás. Os interesses da empresa nem sempre coincidem com os interesses da União. Para um mesmo nível de eficiência, qualquer aumento do lucro da Petrobrás reduz a parcela de óleo ofertada à Federação.

O excedente em óleo da União é receita pública destinada ao Fundo Social e, dessa, 50% vão para a educação pública. Quanto menores os lances da Petrobrás, menos recursos serão destinados à educação.

Não somos adversários da empresa. Ao contrário, desde sempre defendemos a ideia de que ela seja bem gerida e apresente bons resultados. Apenas discordamos de que parte de seu lucro possa advir não de maior eficiência, mas do direito de preferência, um privilégio legal.

A Petrobrás é forte, competente e lucrativa o suficiente para contemplar o interesse dos seus acionistas, majoritariamente privados. Não precisa de privilégios especiais. Num Brasil moderno e socialmente justo, privilégios só para a educação.

Neste momento de grave crise fiscal, em que os recursos para a educação chegam a ser contingenciados - a ponto de comprometerem o futuro do Brasil -,

temos de tomar posição de forma inequívoca: toda a preferência deve ser da educação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/10/2019

Seção: Economia

Autor: Daniel Weterman Camila Turtelli / BRASÍLIA

Título: Nova divisão do pré-sal beneficia mais SP, RS e MT

Partilha foi aprovada na noite de ontem pelos deputados e precisa passar pela chancela dos senadores, em votação, na terça-feira

São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso são os Estados que, proporcionalmente, mais ganham com o novo acordo para a divisão dos recursos do megaleilão de petróleo, marcado para novembro. A partilha anterior, que passou no Senado, mas foi rejeitada na Câmara, beneficiava mais o Norte e o Nordeste. A nova divisão foi aprovada ontem à noite pelos deputados e ainda precisa ser chancelada pelos senadores. Agora, dos 10 Estados que mais receberão recursos, 5 estão no eixo Sudeste/Sul e Centro-Oeste e outros 5 são do Norte ou Nordeste, mostra pesquisa do Estadão/Broadcast.

Na divisão anterior, oito Estados entre os dez primeiros da lista eram do Norte ou do Nordeste. O cálculo considera estimativa de R\$ 106,6 bilhões na arrecadação do leilão. São Paulo saltou de R\$ 94 milhões para R\$ 632,6 milhões entre uma proposta e outra, um aumento de 573% na expectativa de arrecadação. Foi justamente o governo paulista que sugeriu o novo cálculo de distribuição. Rio Grande do Sul receberia R\$ 131,3 bilhões e agora vai ganhar R\$ 450,3 milhões, uma elevação de 243%. Mato Grosso, por sua vez, conseguiu aumentar sua fatia de R\$ 221,9 milhões para R\$ 665,2 milhões, avanço de quase 200%.

Estados do Norte e do Nordeste, por outro lado, vão receber menos do que a proposta do Senado. Proporcionalmente, Roraima é o Estado que mais perderá na expectativa de repasses: vai de R\$ 328,4 milhões para R\$ 226,6 milhões, uma redução de 31%. Bahia e Pernambuco também viram seus valores caírem, mas continuam entre os dez que mais receberão. O Rio de Janeiro é o governo que mais ganhará no leilão. A justificativa é que as áreas do pré-sal que serão leiloadas ficam no território onde está o Estado. O governo fluminense terá um repasse total de R\$ 2,367 bilhões.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), um dos filhos do presidente Jair Bolsonaro, foram os padrinhos da

benesse para o Rio. O projeto de lei com a nova divisão foi aprovado ontem na Câmara em votação simbólica, sem o registro eletrônico de como cada deputado votou. No Senado, a votação está marcada para a próxima terça-feira. Depois do pagamento de R\$ 33,6 bilhões à Petrobrás pelos investimentos já feitos, o texto determina que 15% (R\$ 10,95 bilhões) vão para os Estados, respeitando um cálculo misto: dois terços de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Estados – que beneficiam mais Norte e Nordeste – e um terço seguindo as regras do Fundo de Exportação e da Lei Kandir – que beneficiam Estados exportadores.

Outros 15% (R\$ 10,95 bilhões) vão para os municípios, segundo os critérios do Fundo de Participação dos Municípios, privilegiando municípios mais pobres. O restante, R\$ 49 bilhões, vai para a União. O texto aprovado pela Câmara permite que os municípios possam usar o dinheiro para cobrir o rombo previdenciário ou investimentos. Já os governadores terão de usar a verba prioritariamente para pagar dívidas da Previdência. Só se sobrar dinheiro poderão fazer investimentos, cenário improvável para Estados endividados.

Comemoração. Maia comemorou a aprovação. Ele disse que a Câmara nunca quis reduzir os repasses às duas regiões e foi “injustamente” atacada. A cessão onerosa foi um acordo fechado pela Petrobrás com a União em 2010 e que permitiu à estatal, em troca de R\$ 74,8 bilhões, explorar 5 bilhões de barris de petróleo na Bacia de Santos, sem licitação. O governo estima, porém, que a área pode render de 6 bilhões a 15 bilhões de barris. É esse volume excedente que a União vai leiloar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/10/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Polêmica em Abrolhos marca início de leilões

O governo inicia hoje uma corrida pela venda de áreas de petróleo e gás natural. Até o dia 7 de novembro, em menos de um mês, vai realizar três leilões. O de hoje, a 16.^a Rodada de Licitações, será para vender áreas de pós-sal, em águas profundas do litoral. A expectativa é de atração de empresas de grande porte, por conta das exigências técnicas e de investimento nesses projetos. Mas não tão robustas quanto as que devem participar dos próximos dois leilões, do pré-sal. Na 16.^a Rodada, vão ser oferecidos sete setores de blocos para exploração e produção de óleo e gás, em cinco bacias – Campos (RJ), Santos (SP), Camamu- Almada (BA), Jacuípe (BA) e Pernambuco-Paraíba.

Como sempre, os holofotes estão sobre as Bacias de Campos e Santos. O Ministério Público Federal entrou com ação na Justiça Federal da Bahia, em setembro, contra a licitação das áreas localizadas próximas ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos, na Bacia de Camamu-Almada, e também de blocos na Bacia de Jacuípe. O argumento é que não houve tempo hábil para avaliar os impactos ambientais da atividade de pesquisa nessa região. Em resposta, a Justiça obrigou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), responsável pelo leilão, a expor em seu site a informação de que as ofertas estão mantidas, “mas sob o crivo do Poder Judiciário”, sob pena de multa de R\$ 100 mil, o que aumenta o risco dos vencedores não conseguirem autorização para atuar no sul da Bahia, como já aconteceu no passado. / COLABOROU ANDRÉ BORGES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA Carlos Nealdo Antonio Carlos Garcia ESPECIAIS PARA O ESTADO ARACAJU E MACEIÓ

Título: Óleo chega à foz do Rio São Francisco; investigação agora mira 23 navios

Ambiente. Contenção esbarra em falta de equipamento e Sergipe terá de comprar 200 metros de boias, ao custo de R\$ 90 mil; apuração de Marinha e PF, até agora, descarta naufrágio e já considera o tráfego de ‘navios fantasmas’, embarcações criminosas de piratas

Técnicos ambientais detectaram, ontem, manchas de óleo na foz do Rio São Francisco, em Piaçabuçu, litoral sul de Alagoas. A detecção ocorre no mesmo dia em que o governo de Sergipe descobriu que não poderia instalar boias rapidamente para tentar impedir que o óleo chegue à área – pelo fato de os equipamentos não estarem disponíveis. A foz do São Francisco fica na divisa entre Alagoas e Sergipe. Anteontem, o governo sergipano declarou que usaria boias absorventes cedidas pela Petrobrás. Ontem foi informado pela estatal que não havia equipamentos disponíveis.

Dessa forma, o Estado terá de comprar 200 metros de equipamento, ao custo de R\$ 90 mil, de uma empresa do Espírito Santo. A informação foi dada pelo diretor-presidente da Administração do Meio Ambiente, Gilvan Dias. Ele acionou os Ministérios Públicos Estadual e Federal e a Justiça Federal, pedindo ajuda. “Ficamos de mãos atadas.” O Instituto do Meio Ambiente de Alagoas confirmou que a chegada de petróleo à foz do Rio São Francisco, em Piaçabuçu, poderia ter sido evitada com o uso de barreiras de contenção no mar, mas a eficácia desta medida dependeria de o material estar concentrado.

Origem. As investigações sobre a origem do petróleo, que tiveram início em 2 de setembro, se concentram, na fase atual, em 23 embarcações suspeitas. O trabalho é conduzido por Marinha e Polícia Federal. O cruzamento de informações, conforme apurou a reportagem, aponta que, na região investigada, havia embarcações de diversas origens. O trabalho passa por cruzar rotas mais usadas no transporte de petróleo e a direção que as toneladas de óleo tomaram até chegar às praias do Brasil. O material identificado até agora em amostras tem a “assinatura” do petróleo da Venezuela. A hipótese de que o petróleo lançado no mar brasileiro seja fruto de um naufrágio está praticamente descartada.

Uma das linhas de investigações, segundo uma fonte, considera o tráfego de “navios fantasmas”, embarcações criminosas de piratas que poderiam atuar no contrabando de petróleo. O governo continua a tratar do tema com sigilo. Nesta quarta-feira, durante audiência na Câmara, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que, “ao que tudo indica, se trata de um navio estrangeiro”, sem dar detalhes. Questionado sobre o assunto, o ministro afirmou que a pasta tem atuado para conter os danos e recolher o material que chega às praias. Mais de cem toneladas de borra já foram recolhidas. O trabalho é de difícil execução porque o petróleo não avança sobre a lâmina d’água, mas no fundo do mar, até chegar ao litoral.

Situação das praias. Até agora, apenas Ceará e Sergipe, nesta semana, passaram a identificar praias impróprias para banho por causa do petróleo cru.

“Compreendemos que todas as praias com manchas de óleo visíveis estão impróprias para banho”, diz, em comunicado, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará. Já o secretário estadual de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade de Sergipe, Ubirajara Barreto, afirmou que “a recomendação é de que a população evite locais atingidos pela substância oleosa”.

“É prudente a não utilização das praias, bem como a não retirada, por conta própria, de nenhuma substância, mesmo com o intuito de ajudar.” O Estado procurou os demais Estados, que afirmaram não apresentar problemas de balneabilidade. “A grande questão é agir rápido, resolver o problema, não ficar buscando culpados, isso pode ser feito depois”, afirmou Márcio Nele, do Programa de Pós-Graduação da Coppe/ UFRJ.

Especialistas destacam que o Brasil já dispõe de um Plano Nacional de Contingência. “Cada lugar tem as suas especificidades, suas particularidades”, ressalta o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), João Luiz Nicolodi, citando correntes marítimas, ondas, praia e areia. A limpeza pode ser feita de três formas, que podem ser combinadas. As boias são usadas em derramamentos menores. Há ainda embarcações específicas, equipadas com

aparelhos capazes de aspirar o óleo. Por fim, em caso de acidentes de proporções ainda maiores, podem ser usadas substâncias químicas lançadas de aviões, chamadas de dispersantes. / COLABOROU ROBERTA JANSEN

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: » Segura.

Coluna do broadcast

A Petrobrás adiou pela segunda vez a entrega de proposta de interessados em participar da renovação do seu programa bilionário de seguros. O prazo que terminaria ontem foi postergado para esta quinta-feira, dia 10. A nova extensão teria ocorrido em meio a questões internas da Petrobrás.

» Parrudo. Em jogo, estão cerca de US\$ 170 bilhões em importância segurada e prêmios da ordem de US\$ 50 milhões, em um momento de retomada do segmento de petróleo para o mercado de seguros no Brasil. O segmento contabiliza quatro anos de queda nas contratações, na esteira da Operação Lava Jato.

» Lento. O varejo ampliado, que inclui material de construção e automóveis, deve registrar um crescimento de 0,30% nas vendas em outubro em relação ao observado no mês anterior, conforme projeção do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (Ibevar). No comparativo anual, o aumento, se confirmada a projeção, será de 3,37%. O estudo indicou uma previsão de desempenho mais significativo nos artigos pessoais e domésticos, além de farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos. Já as vendas de materiais de construção devem cair 0,02 ponto percentual, conforme o Ibevar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges /BRASÍLIA

Título: Agência nacional interdita 54 barragens

Maioria está em Minas e parte tem nível de emergência acionado; empresas não enviaram laudo ou não atestaram estabilidade estrutural

A Agência Nacional de Mineração (ANM) informou que 54 barragens foram interditadas por não enviarem ou não atestarem a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) exigida dessas estruturas. A lista inclui 14 barragens da Vale, em Minas Gerais. O documento é obrigatório para as 423 barragens inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens e deveria ser entregue até 30 de setembro. “As barragens interditadas e sem DCE estão sendo monitoradas de perto e diariamente pelos agentes da ANM”, informou Luiz Paniago, gerente de Segurança de Barragens de Mineração da ANM, por meio de nota.

Ao todo, 369 mineradoras enviaram DCE atestando a estabilidade de suas estruturas, 21 entregaram declaração não atestando a estabilidade e 33 não enviaram DCEs. Quando não se envia a DCE, pressupõe-se que a estrutura não tem estabilidade atestada. A maioria dessas interdições está relacionada a barragens inativas, que não recebem mais material. A DCE precisa ser enviada à ANM duas vezes ao ano: em março e setembro. Na primeira etapa, quem declara a DCE é o empreendedor. Ele tem a opção de fazer na própria empresa ou contratar consultoria externa. Já na segunda, segundo a ANM, a empresa é obrigada a contratar consultoria externa.

Quando o empreendedor não entrega a DCE, o sistema cria multa e a barragem é interditada. Minas Gerais é o Estado que mais tem barragens interditadas (33), seguido por Rondônia (5), Mato Grosso (4) e São Paulo (3). Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul e Pará têm duas barragens interditadas. A lista de barragens interditadas inclui 14 da Vale, em Minas. Duas delas, em Ouro Preto e Barão de Cocais, são classificadas com “nível 3”, que significa “risco iminente” de rompimento. Outras duas estão classificadas com “nível 2”, quando há ação para sanar o problema, mas o controle não está sendo eficaz.

As outras dez, em “nível 1”, estão com “comprometimento potencial de segurança”. Por meio de nota, a Vale informou que foram emitidas 82 DCEs positivas. “Três estruturas melhoraram suas condições de estabilidade e, portanto, obtiveram DCEs positivas neste segundo semestre, após avaliação negativa em março.” A mineradora também disse estar trabalhando “para o incremento dos fatores de segurança, com o objetivo de assegurar a estabilidade de suas estruturas”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/10/2019

Seção: Especial

Autor: BRASÍLIA | REUTERS

Título: Óleo em praias do NE ‘muito provavelmente’ é da Venezuela, afirma Salles

O petróleo que tem atingido praias no Nordeste muito provavelmente é de origem venezuelana e deve ter vindo do derramamento “acidental ou não” de um navio perto da costa brasileira, disse nesta quarta-feira (9) o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

“Esse petróleo que está vindo muito provavelmente é da Venezuela, como disse o estudo do Petrobras. É um petróleo que vem de um navio estrangeiro, ao que tudo indica, navegando perto da costa brasileira, com derramamento acidental ou não”, afirmou Salles em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

O ministro admitiu que há “enorme dificuldade de conter” as manchas de óleo que se espalham pela região, mas ressaltou que não se trata de uma “inação dos órgãos públicos”.

O Ministério da Informação da Venezuela e a petroleira estatal PDVSA não responderam de imediato a um pedido por comentários.

Autoridades brasileiras investigam há mais de um mês a origem do petróleo que se espalhou por centenas de quilômetros de praias nos nove estados do Nordeste.

A Petrobras, que participa dos trabalhos de limpeza das praias, informou na terça (8) que já recolheu mais de 100 toneladas de resíduo oleoso.

As declarações de Salles nesta quarta vieram em meio a argumentos do ministro para que o Brasil institua melhores mecanismos de controle de derramamentos.

O ministro também defendeu os esforços realizados por autoridades ambientais, militares e outros órgãos para limpeza e investigação.

Responsável pelas investigações sobre a origem do óleo, a Marinha informou na terça que conta com cinco navios e uma aeronave para patrulhar a região em busca das causas do vazamento. O esforço envolve 1.583 militares.

Durante audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, um manifestante se dirigiu à mesa do ministro e entregou a ele um boneco que vestia terno e gravata e segurava uma placa sobre o toco de uma árvore derrubada. Na base, constava o nome de Ricardo Salles.

“Ministro, eu queria fazer uma entrega para você, ministro. Esse prêmio é o Prêmio Exterminador do Futuro para o ministro Salles”, afirmou o manifestante, um jovem de camisa branca e gravata.

Logo após entregar o boneco, o manifestante foi retirado por seguranças. Salles apenas pegou o boneco e colocou embaixo da mesa, sem responder ao manifestante.

Com informações do UOL

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo

Título: TCU aprova edital do pré-sal, e governo comemora

TCU aprova megaleilão do pré-sal e governo comemora

Decisão ameniza o rombo das contas públicas, segundo equipe econômica

Brasília O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou as regras do leilão do pré-sal previsto para novembro. Apesar das ressalvas do órgão de controle, a decisão foi comemorada na equipe econômica.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, vê na decisão o cumprimento de um passo fundamental para o leilão previsto para o mês que vem e que vai ajudar a amenizar o rombo das contas públicas. “É um dia histórico para o país”, disse à Folha.

Rodrigues atribuiu o avanço a um trabalho de interlocução intensa entre o governo e o órgão de controle, o que teria contribuído para o avanço da análise pelos técnicos.

“O Executivo trabalhou em coordenação com as várias áreas envolvidas, em uma discussão que evoluiu ao longo do tempo, desde a [época do governo de] transição”, disse.

Ele ressalva, no entanto, que ainda será necessário passar por outras fases de aprovação até o leilão. O próprio TCU tem um outro processo que analisa o leilão de excedentes.

“Essa é uma etapa importante, mas há outras, para um processo que terá fortíssimo impacto em emprego e renda.”

Mesmo antes de assumir o governo, o ministro Paulo Guedes (Economia) colocou a cessão onerosa como uma prioridade para a equipe econômica. Seu

objetivo era “desentupir” o mercado de óleo e gás e reduzir a participação da Petrobras ao atrair empresas privadas ao mesmo tempo em que arrecada recursos para os cofres públicos.

A intenção do Executivo é receber o dinheiro ainda em dezembro, mas a equipe econômica vê risco de que o cronograma fique para 2020.

Em tese, as decisões do TCU não necessariamente impedem a realização do leilão. Mas o aval do órgão de controle dá mais segurança jurídica à disputa e, por isso, aumenta a atratividade das áreas.

O leilão de excedentes da cessão onerosa está marcado para o dia 6 de novembro. Serão oferecidos quatro blocos e as empresas vitoriosas deverão pagar R\$ 106,5 bilhões à União. Desse montante, R\$ 33,6 bilhões serão repassados à Petrobras.

O governo terá que dividir o montante com estados e municípios e ainda estuda direcionar uma parcela a emendas parlamentares.

Uma das determinações do TCU no acórdão de hoje desta quarta é que, caso o leilão não seja um sucesso e alguma área acabe não leiloada, a estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) dê sequência aos procedimentos necessários à identificação e delimitação da parte da União nas respectivas jazidas.

O objetivo é abrir caminho para que as áreas que eventualmente sobram sejam exploradas como um todo no futuro, sem demandar novas decisões após o leilão.

Outra determinação está ligada à formatação da estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA).

O TCU interpretou que ela não está estruturada e capacitada para lidar com as atribuições que surgirem com a assinatura dos novos contratos.

Com a determinação, o governo deve lançar no Orçamento da União os valores previstos à PPSA, relacionados aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção, à medida em que os novos valores sejam gerados. O TCU também vai acompanhar a estruturação da empresa.

No acórdão aprovado, o TCU não deixou de fazer ressalvas. Segundo o órgão de controle, houve atraso na entrega da documentação pelo governo. Além disso, os ministros viram inconsistências técnicas de fundamentação das premissas que balizaram a modelagem do leilão e o cálculo da compensação a ser paga à Petrobras, em especial as estimativas de preços futuros de petróleo e gás natural e de custos de produção.

O Ministério de Minas e Energia (MME), que também participa do processo, divulgou nota afirmando ter recebido com satisfação a aprovação das regras do leilão.

“A decisão confirma e impulsiona a governança do processo, ao trazer segurança jurídica e regulatória e proporcionar previsibilidade e transparência para todos os atores envolvidos”, afirma.

De acordo com o MME, o leilão vai gerar investimentos demais de R\$ 1 trilhão ao longo dos contratos e contribuir para o Brasil se transformar no quinto maior produtor de petróleo do mundo.

AGU já atuou em 4 ações contra leilão de petróleo desta quinta

Rio de Janeiro A força-tarefa criada pela AGU (Advocacia Geral da União) para evitar liminares contra a 16ª rodada de licitações de áreas petrolíferas, que ocorre nesta quinta (10), já atuou em quatro ações contra a oferta. Em uma, a Justiça da Bahia decidiu colocar sub judice as atividades em áreas próximas ao arquipélago de Abrolhos.

Na decisão, a juíza Milena de Souza Almeida Pires determinou que a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) avise aos participantes que sete blocos no sul da Bahia estão sob questionamento judicial.

A inclusão desses blocos na rodada é polêmica: o presidente do Ibama, Eduardo Bim, atropelou pareceres técnicos contrários para garantir a oferta. Nesta quarta (9), organizações ambientais enviaram carta ao governo contra a oferta das áreas.

“É inadmissível que o governo coloque em risco nosso patrimônio natural para que empresas lucrem com a exploração de energia fóssil”, diz o texto, assinado por treze organizações.

Em cumprimento à decisão, a ANP publicou em sua página na internet um alerta aos interessados no leilão. Mas, até o momento, as áreas estão mantidos entre os 36 blocos da lista de ofertas da rodada, que tem 17 empresas interessadas.

A AGU disse que atuou em outras três ações, duas no Rio e uma no Distrito Federal. Esta última também trata da exclusão dos blocos próximos a Abrolhos, enquanto as duas primeiras pedem o cancelamento do leilão. Em nenhuma, foi concedida liminar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 10/10/2019****Seção: Especial****Autor: Marcelo Leite****Título: Leilão de petróleo ameaça pescadores, baleias, corais e atobás em Abrolhos**

Ministério Público e comunidades querem excluir 4 de 36 blocos do pregão que deve ocorrer nesta quinta

Abrolhos (BA)- O óleo que emporcalha praias do Nordeste, do Ceará à Bahia, é só uma amostra do pesadelo que assombra centenas de milhares de baianos que vivem da pesca, caso não se altere o leilão da ANP (Agência Nacional do Petróleo), nesta quinta (10).

Com ajuda do Ministério Público Federal, pescadores lutam para excluir da oferta de 36 blocos quatro áreas que trazem perigo para o arquipélago de Abrolhos e dois extensos manguezais. O quarteto na bacia de Camumu-Almada arrecadaria meros R\$ 10,8 milhões (0,34%) do total de R\$ 3,2 bilhões esperados em bônus de assinatura.

Os blocos só permaneceram na 16a. rodada da ANP por intervenção direta do novo presidente do Ibama, Eduardo Bim. Em 1º de abril, Bim atropelou parecer contrário de técnicos e determinou que as áreas seguissem na oferta.

A juíza Mílêna Souza de Almeida Pires, da Justiça Federal da Bahia, decidiu nesta quarta (9) manter o leilão para os blocos das bacias Camumu-Almada e Jacuípe, que levam risco a Abrolhos. Ela não acatou o pedido de suspensão da oferta feito pelo Ministério Público Federal da Bahia, mas determinou que as empresas interessadas sejam notificadas de que o caso segue sub judice.

Os quatro blocos ficam a 310 km do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, criado em 1983. A apenas 130 km, porém, está o limite norte do banco de corais mais rico em espécies do Atlântico Sul, que vai de Canavieiras (BA) a Linhares (ES).

Na eventualidade de um acidente com derramamento, simulações indicam que o petróleo chegaria à costa e ao arquipélago em questão de horas ou dias no verão. No inverno, isso dependeria de inversões de correntes e ventos.

“Os ventos [da região] têm ciclos de 7 a 10 dias, invertem-se completamente no inverno”, explica o biólogo Guilherme Dutra, que dirige a área de oceanos na ONG Conservação Internacional.

No inverno, a mancha engolfaria uma população de 17 mil baleias-jubarte (*Megaptera novaeangliae*) com seus filhotes.

Esses mamíferos viajam da Antártida para acasalar e procriar nas águas baianas, depois de se empanturrar no oceano Austral com krill, o pequeno crustáceo de águas geladas.

Após 1h30 de navegação num barco de turismo, surgem os primeiros cetáceos. O jato que exalam ao soltar o ar dos pulmões denuncia sua presença, e o piloto aproxima o catamarã.

Avistam-se primeiro as cor-covas portentosas, em geral duas (mãe e cria), por vezes a cauda bipartida. Com sorte, saltos e batidas de barbatana de machos a exhibir-se para as fêmeas. Um espetáculo para arregalar os olhos dos turistas.

A gestação das jubarte dura 11 meses. Para alimentar os filhotes nascidos na área de Abrolhos, as fêmeas, mesmo com a barriga vazia de krill, produzem 300 litros de leite por dia graças às reservas acumuladas na Antártida.

As jubartes se reúnem em grande número no entorno do Parcel das Paredes, numa faixa de 10 km a 40 km entre o litoral e o arquipélago. Nesses recifes reina o coral-cérebro *Mussismilia braziliensis*, espécie que só se encontra por ali.

Essa formação começou a surgir 16 mil anos atrás, quando o nível do mar era 14 m mais baixo. Com o retorno das águas, os corais foram crescendo lentamente. Hoje formam estruturas em forma de cogumelo, os chapeirões.

São colunas de até 25 m de altura que abrem chapéus perto da superfície com até 50 m de diâmetro. Um derramamento daria o golpe de misericórdia nos corais, já castigados pelo aquecimento global e o fenômeno do branqueamento (morte dos organismos que habitam os corais e lhes dão o colorido).

O arquipélago de Abrolhos tem cinco ilhas de origem vulcânica, entre as quais tartarugas nadam nas águas azuis transparentes. A principal, Santa Bárbara, tem acesso restrito e abriga um farol da Marinha. Sueste e Guarita são vetadas para turistas.

O desembarque acontece nas ilhas Siriba e Redonda. A primeira está coalhada de ninhos de atobás (*Sula dactylatra*), pássaro que gera um filhote por estação e é capaz de mergulhar a 10 m (fácil imaginar o estrago que um derrame de óleo lhes causaria). A Redonda é sobrevoada de modo contínuo por fragatas (*Fregata magnificens*).

“Não pode olhar só para o mar de Abrolhos, tem de olhar para o litoral”, reclama Carlos Alberto Pinto dos Santos, o Carlinhos, da Amex (Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras). “É o maior banco camaroneiro da Bahia. [Aqui está] a maior parte da produção de lagosta do Brasil.”

A Amex congrega associações de oito comunidades da Reserva Extrativista de Canavieiras, num total de 2.300 famílias. Dos 100 mil hectares (1.000 km², ou 2/3 da área do município de São Paulo) da unidade de conservação, 85% são água e 15%, ilhas e densos manguezais.

Estima-se que 12 mil pessoas, pelo menos, vivam da pesca no mar e da coleta no mangue de ostras, mariscos e caranguejos, como o guaíamum (*Cardisoma guanhumi*), o aratu (*Aratuspisonii*) e o uçá (*Ucides cordatus*).

Bastam minutos de navegação pelos canais para entender que seria impossível limpar um derramamento de óleo naquele emaranhado de vida selvagem.

Na região com potencial de impacto pela exploração petrolífera de Camamu-Almada existem outras duas Resex: Cassurubá (mais 100 mil hectares) e Corumbau (90 mil hectares). Há nove barras de rios ao longo da área.

Segundo Carlinhos, nenhuma simulação das realizadas entre 2006 e 2009 foi capaz de demonstrar a capacidade das companhias petrolíferas de impedir que o óleo entrasse pelas barras e canais e se espalhasse pelo mangue.

“A luta contra o petróleo é só mais uma”, afirma o integrante da Amex. Há décadas os pescadores enfrentam a especulação imobiliária trazida pelo turismo no sul da Bahia e a carcinicultura, criação intensiva de camarões em lagoas, cujos excrementos poluem as águas do mangue.

“Se derramar esse troço aí, esta comunidade vai pro pau. Não queremos viver de cesta básica, a gente quer viver do que Deus nos deu”, reforça João Gonçalves, que atualmente preside a Amex.

“Enricar é ilusão. Estão apertando os pequenos de nascente a poente”, diz o pescador ao descrever apolítica ambiental do governo Bolsonaro.

Para Carlinhos, o petróleo traz desarticulação social mesmo quando não há derramamento. Cita o exemplo de Cairu, município ao norte que recebe milhões em royalties e ICMS com a exploração de gás natural no campo marítimo de Manati, sem grande benefício para a população.

“Onde há petróleo a gente vê miséria absoluta, associada com prostituição e tráfico de drogas”, diz Carlinhos.

“A miséria da gente [em Canavieiras] não é de produto, é de políticas públicas. A gente não tem saneamento básico. O estado obriga nossos filhos a comer achocolatado e almôndegas em lata [na merenda escolar].”

Basta um deslize na operação dos poços, a 70 km da costa e a 2.500 m de profundidade. Isso se encontrarem petróleo por lá, e se o Ibama de fato conceder a licença final de operação. Os moradores da Resex esperam que empresas exploradoras concluam haver risco demasiado e passem ao largo da licitação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/10/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Rio receberá R\$ 2,3 bi de megaleilão do pré-sal

Estado terá R\$ 149 milhões a menos que o previsto em acordo fechado pelo Senado. Prefeitos terão liberdade para usar os recursos, mas governadores terão de cobrir os déficits de seus regimes previdenciários

BRASÍLIA- O governo do Estado do Rio receberá R\$ 2,363 bilhões com o novo acordo para a distribuição do dinheiro que será arrecadado com o mega-leilão de petróleo. O valor é R\$ 149 milhões menor que o montante que o estado receberia, caso fosse mantido na Câmara o texto do Senado sobre o assunto. Antes, o Rio receberia R\$ 2,512 bilhões.

O projeto foi aprovado na noite de ontem na Câmara, em votação simbólica, e segue para análise do Senado. O governo federal espera arrecadar R\$ 106,5 bilhões com a licitação, dos quais R\$ 33,6 bilhões ficarão com a Petrobras. Dos R\$ 72,8 bilhões restantes, o Rio receberá 3% (R\$ 2,185 bilhões) por ser o estado onde estão os campos que serão leiloados. A esse valor se somará a parcela que cabe aos governos regionais.

O projeto de lei que trata da divisão do dinheiro estabelece que o Rio não receberá a parcela repassada seguindo os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Ficará apenas com o valor dividido via Lei Kandir, pelo qual receberá R\$ 178 milhões.

DIVERGÊNCIA SOBRE USO

O valor é fruto de um acordo fechado na terça-feira, que estabelece um critério misto de divisão do dinheiro, a fim de beneficiar tanto estados do Norte e

Nordeste quanto os de Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Depois do Rio, Minas Gerais receberá o maior valor, R\$ 847,6 milhões.

O acordo abriu caminho para a votação da reforma da Previdência em segundo turno no Senado, no próximo dia 22.

A votação ontem na Câmara demorou porque a destinação do dinheiro gerou divergências. Depois de resolvido o critério de distribuição do dinheiro, prefeitos pressionaram para ter o direito de usar livremente os R\$ 10,9 bilhões destinados aos municípios. Uma ala da Câmara queria que esses recursos fossem destinados prioritariamente para cobrir eventuais rombos dos regimes previdenciários.

Os recursos chegarão em 2020, ano de eleições municipais. Por isso, deputados que fazem oposição a prefeitos pretendiam o uso do dinheiro em obras. Venceram os prefeitos, que poderão escolher usar os recursos em investimentos ou na previdência.

Já os governadores terão de usar sua fatia de R\$ 10,9 bilhões prioritariamente para cobrir o rombo dos seus regimes de previdência. O que sobrar poderá ser usado para investimentos.

Também ontem, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou com ressalvas as regras propostas pelo governo para o megaleilão, marcado para 6 de novembro. O aval do TCU dá segurança jurídica.

Além disso, o governo do Estado do Rio pediu formalmente à ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF) o adiamento, em seis meses, do julgamento sobre a constitucionalidade da lei que redistribui royalties de petróleo entre todos estados e municípios. O julgamento está previsto para 20 de novembro.

(Colaborou Jailton de Carvalho)

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Começa a maior temporada de leilões de óleo da história

“A partir de hoje, a indústria de petróleo e gás mudará de patamar no Brasil”, garante o diretor-geral da ANP, Décio Oddone. “Pode me cobrar”, diz, chegando mesmo a propor a um parceiro, descrente por profissão, uma aposta (no caso, um almoço no vetusto restaurante Mosteiro, no Rio, o das empadinhas). Hoje,

será o primeiro dos três leilões previstos para este ano, a chamada 16ª rodada de licitações, com destaque para as áreas de Santos e Campos: “Só em bônus esperamos mais de R\$ 110 bi nas três rodadas. Isso dá uma dimensão do que estamos vivendo”, diz ele. Naturalmente, o filé é o megaleilão da chamada cessão onerosa —são quatro campos nas costas do Rio.

A Casa da Moeda do Pré-Sal

O Rio precisa ficar em alerta com olho grande. A conflagração —que parou o Senado — pela grana da tal cessão onerosa parece indicar que o setor de óleo e gás está virando a última boia de salvação num mar de estados e municípios quebrados, além da União.

Calma, gente!

O Macarthismo tupiniquim, inclusive na Petrobras, explodiu, claro, com a posse de Bolsonaro. Mas o ovo da serpente já existia em 2015: lembra-se que uma ação popular no Rio Grande do Sul exigia que a Petrobras retirasse o nome Lula (antigo campo Tupi) de um dos seus campos do pré-sal? Todos os campos em produção da estatal no mar têm nomes de peixes ou moluscos. O caso está com a desembargadora Marga Inge Barth Tessler, da 3ª Turma do TRF-4.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO

Título: Falta de controle sobre a Amazônia Azul

Emerge das manchas de óleo que aparecem desde o fim de agosto no litoral do Nordeste a falta de controle sobre a região costeira num país que costuma se orgulhar de suas praias. Mas orgulho é um coisa e boa gestão é outra. As manchas começaram a surgir há mais de um mês e, até agora, a única convicção do governo é que esse petróleo não é nosso. Mas o problema é.

Um desastre que atinge quase 140 praias em nove estados, pela óbvia magnitude, não deve ser subestimado por suas consequências para a saúde humana, animal, além de danos para o turismo e a pesca. E se fala apenas do que se vê nas praias, como tartarugas mortas. Mas o óleo que mancha a areia também está na água. Ele é levado por correntes oceânicas e estas são bem conhecidas.

Difícil crer que até agora o local de origem do derrame não tenha sido rastreado. Existe tecnologia para tanto.

Especialistas supõem que, devido à grande extensão do espalhamento, provavelmente, o óleo é proveniente da zona econômica exclusiva, que vai de 12 a 200 milhas de distância da costa. Não são mais águas brasileiras, mas os recursos naturais nessa zona são do Brasil.

Trata-se de um desastre ambiental, mas quem tem aparecido à frente da investigação é a Petrobras, que diz nada ter a ver com o óleo que, por análises químicas, seria proveniente da Venezuela.

A Petrobras tem reconhecido conhecimento técnico, mas é parte interessada por ser do setor produtivo e não foi apresentada qualquer outra análise ambiental.

O desastre na chamada Amazônia Azul, designação dada à nossa área oceânica pela Marinha devido ao seu tamanho e riqueza, se segue à crise ambiental da outra Amazônia, a terrestre. Esta teve o verde coberto pelas cinzas das queimadas. Agora, a azul é manchada pela borra negra de petróleo. Ambas compartilham problemas que pegam os órgãos ambientais mal equipados.

O óleo suja ainda as praias do Nordeste num momento em que o governo abrirá lotes de exploração do pré-sal junto a Abrolhos, os mais importantes recifes de corais do Atlântico Sul. Um desastre nessa região teria consequências devastadoras. Sem respostas após um mês, o derramamento que atinge o Nordeste já mostrou que o país não está preparado para enfrentar e controlar desastres no mar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: RAFAEL GARCIA

Título: Óleo avança e chega ao São Francisco

Governo ainda apura causas; pesquisadores suspeitam de navio afundado em 1944

Após mais de um mês do derrame de óleo no litoral nordestino que ainda não foi esclarecido, equipes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Capitania dos Portos encontraram ontem manchas de petróleo na areia e nas águas do rio São Francisco, nas duas margens de sua foz, que divide Alagoas e Sergipe.

O petróleo já contamina 139 localidades em 63 cidades dos nove estados do Nordeste, conforme levantamento atualizado do Ibama. Ao menos 19 animais, a maioria tartarugas, também foram contaminados.

O secretário de Meio Ambiente de Piaçabuçu (AL), Otávio Nascimento, diz que o resquício do derramamento encontrado na foz do São Francisco não foi grande, mas representa uma ameaça de contaminação:

— A gente precisa entender qual foi o problema, e o governo ainda não disse isso. Não recebemos uma ligação do ministro, uma fala de ajuda.

Entre as hipóteses da Marinha para explicar o surgimento do óleo na costa estão o naufrágio de um navio, derramamento acidental, manobra de uma embarcação ou troca de óleo entre navios. Até agora, os militares descartam apenas duas hipóteses: fissura no leito marinho, a partir da qual haveria emissões de petróleo, e lavagem de tanques de navios, em razão da grande quantidade de óleo encontrada (mais de 130 toneladas).

Um grupo de pesquisadores estudando a origem do óleo que está desaguando nas últimas semanas em praias do Nordeste trabalha com a hipótese de um navio afundado décadas atrás estar sofrendo novo vazamento. A teoria está sendo investigada pelo químico oceanógrafo Rivelino Cavalcante, da Universidade Federal do Ceará, que saiu em expedição nesta semana para coletar amostras a serem enviadas para o Instituto de Oceanografia de Woods Hole (WHOI), nos EUA, que vai investigar a composição do material.

— Queremos saber se esse óleo é extraído mais recentemente ou se é mais velho — explica o pesquisador.

Como a UFC não possui laboratório capaz de responder a questão, é o geoquímico Christopher Reddy, do WHOI, que fará as análises. Ele diz ser “totalmente razoável” que essa liberação de óleo seja de um naufrágio.

— O fato de ser intermitente e fragmentado está em linha com algo como uma mudança recente no navio afundado que criou esse vazamento.

BORRACHA MISTERIOSA

Um evento relativamente recente que deixou curiosos os cientistas foi o encontro de grandes pedaços de borracha em praias do Nordeste desde o fim do ano passado. O material foi identificado como “fardos” de látex, forma típica que a indústria da borracha usa para transportá-los.

Carlos Teixeira, oceanógrafo da UFC, buscou registros de naufrágios no Atlântico e encontrou a localização de um navio alemão afundado em 1944, a 1.000 km do Recife, que estava de fato transportando essa carga. Um dos far-fardos achados na Bahia indicava “Indochina Francesa” (atuais Camboja, Laos e Vietnã) como a origem do produto.

— Como a Indochina Francesa deixou de existir em 1953, creio que respondemos à pergunta sobre de onde veio essa borracha — diz Teixeira. O pesquisador acreditava que o vazamento também viesse deste naufrágio, mas mudou de ideia: correu ontem na comunidade científica a notícia extraoficial de que a Petrobras classificou o óleo como de extração recente, o que invalida a tese do naufrágio. Rivelino e Reidy seguem, no entanto, apoiando a hipótese. A empresa não se pronunciou sobre o assunto. A Marinha descartou a hipótese de naufrágio recente, mas não se pronunciou sobre a possibilidade levantada pela UFC.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: BRUNO ROSA E MARCO AURÉLIO CANÔNICO

Título: Bloco petrolífero vai a leilão sob disputa ambiental

Áreas em bacias no Sul da Bahia, próximas ao Parque Nacional de Abrolhos, são ofertadas pelo governo apesar de parecer técnico contrário do Ibama e pressão de ambientalistas; após ação do MPF, licitação acontece sub judice

RIO E CARAVELAS (BA)- A Agência Nacional de Petróleo (ANP) vai ofertar hoje, em sua 16- rodada de licitação de campos de petróleo, sete blocos que se tornaram alvo de uma campanha de ambientalistas e de uma ação do Ministério Público Federal (MPF) por estarem próximos ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, no sul da Bahia. O risco de desastre ambiental-não é, no entanto, unanimidade entre os especialistas.

Um parecer técnico do Ibama foi contrário à inclusão dos blocos no leilão, por conta dos impactos “físicos, biológicos e socioambientais” em caso de acidente com vazamento, que poderia atingir “todo litoral sul da Bahia e a costa do Espírito Santo, incluindo todo o complexo recifal do Banco de Abrolhos”.

Esse documento embasou uma ação do MPF-BA pedindo a retirada dessas áreas do leilão, mas uma indefinição judicial fez com que elas continuassem sendo ofertadas. A ANP foi obrigada pela Justiça, no entanto, a informar aos potenciais interessados que as áreas estão “sob o crivo do Poder Judiciário”.

As áreas ofertadas ficam nas bacias de Camamu-Almada e de Jacuípe, ambas no litoral baiano — a primeira delas, a cerca de 300km de Abrolhos, região com a maior biodiversidade do Atlântico Sul e berçário de espécies como a baleia jubarte.

A agência responsável pela licitação afirma que “os blocos a serem ofertados são áreas de interesse para a ampliação do conhecimento geológico das bacias

brasileiras, assim como para a geração de renda para a região e para o país”. Argumenta também que “qualquer atividade a ser realizada pelos concessionários nos blocos licitados precisa de licenciamento ambiental prévio”, que fica a cargo do Ibama.

Ambientalistas se preocupam, no entanto, com a perda de autonomia que a autarquia, subordinada ao Ministério do Meio Ambiente, vem sofrendo no governo Bolsonaro. A manutenção dos blocos no leilão mesmo contrariando parecer da área técnica — por determinação do presidente do Ibama, Eduardo Bim — seria um exemplo disso.

PETIÇÕES POPULARES

Ontem, seis organizações não governamentais que formaram a Conexão Abrolhos entregaram ao Congresso e ao MPF três petições que reuniam 1,1 milhão de assinaturas contra a inclusão dos blocos no leilão.

Mas, apesar da polêmica, o geólogo Pedro Zalán, consultor da Zag Consultoria em Exploração de Petróleo, diz que os blocos de Camamu-Almada e Jacuípe estão muito longe de Abrolhos. Ele classifica como “absurda” a informação de que as atividades nessas bacias poderiam afetar o arquipélago.

— Basta olhar no mapa. Camamu-Almada está perto de Salvador. Além disso, está em águas ultraprofundas a mais de 100 quilômetros de distância do litoral. É uma falácia falar em impacto a Abrolhos. Os ambientalistas querem impedir a exploração de petróleo — disse Zalán.

O biólogo Guilherme Dutra, diretor de Estratégia Costeira e Marinha da ONG Conservation International, lembra que o risco para o parque nacional já havia sido determinado em um leilão anterior, de 2012, pela própria empresa que levou os blocos ofertados então — ela acabou não encontrando nem óleo nem gás neles.

— O risco que blocos da bacia Camamu-Almada representam para a região dos Abrolhos foram apresentados pelo próprio setor de óleo e gás. O Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela empresa BP Energy do Brasil ao Ibama mostra claramente que um vazamento de maiores proporções, em um bloco muito próximo dos que estão sendo oferecidos, teria probabilidade de 97% de chegar ao Banco de Abrolhos em um período mínimo de 4,3 dias.

Apesar de a ANP afirmar que “exige que as empresas possuam um sistema de gestão voltado para a prevenção de incidentes”, Dutra lembra que a complexidade geográfica da região — onde estão ainda dois imensos manguezais que são reservas extrativistas — dificulta a luta contra um eventual vazamento.

— A tragédia da chegada de óleo nas praias do Nordeste nestas últimas semanas mostra como o Brasil está mal preparado e é lento para reagir a um acidente de maiores proporções — diz Dutra.

(* O repórter viajou a convite da Conexão Abrolhos)

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/10/2019

Seção: O País

Autor: CAMILA ZARUR E JOÃO PAULO SACONI

Título: Agência interdita 54 barragens sem atestado de estabilidade

Só Minas Gerais tem 33 estruturas com funcionamento interrompido, e maioria é administrada pela Vale

A Agência Nacional de Mineração (ANM) interditou ontem 54 barragens de rejeitos que não tiveram a estabilidade atestada no segundo semestre deste ano. A chamada Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) é obrigatória para comprovar a segurança das 423 estruturas do país que estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens. O maior número de estruturas de contenção sem essa garantia está em Minas Gerais, onde 33 barreiras estão com o funcionamento interrompido.

Depois de Minas, o segundo estado com mais barragens interditadas é Rondônia, com cinco estruturas. A lista continua com Mato Grosso e São Paulo, com quatro e três barreiras suspensas, respectivamente. Nos casos de Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul e Pará há duas barragens paradas em cada estado. No Amapá, há uma sem a declaração de estabilidade.

O prazo para que as empresas responsáveis pelas estruturas entregassem o documento à ANM foi encerrado em 30 de setembro. Antes disso, houve outra convocação em março, referente ao primeiro semestre. Naquela ocasião, 53 de barragens foram interditadas pela agência diante da falta de garantia. Desse total, apenas 19 tiveram a situação regularizada nos meses posteriores. A maioria (um grupo de 34) segue parada.

De acordo com a AMN, houve mudança na situação de 20 estruturas que haviam sido atestadas como estáveis em março e que agora, em setembro, entregaram declarações que não asseguram sua estabilidade.

Ao todo, na interdição de ontem, 33 barragens não tiveram o atestado entregue e 21 submeteram documento que não atesta a segurança. Das 54 estruturas, 19 estão com o nível de emergência acionado — todas localizadas em Minas Gerais.

MAIS INTERDIÇÕES

Das 54 barragens fechadas pela AMN, 17 são da mineradora Vale, responsável pela estrutura que se rompeu em Brumadinho (MG) em janeiro e deixou 251 mortos e 19 desaparecidos. Todas as barragens em questão ficam localizadas em Minas Gerais.

Em nota divulgada no início do mês sobre o tema, a mineradora informou que "sua prioridade é com a segurança de todas as suas estruturas e, consequentemente, da população e trabalhadores a jusante de suas operações".

Além da Vale, a Cooperativa de Garimpeiros de Santa Cruz é responsável por quatro barreiras interditadas. A Usiminas responde por quatro. A Samaca Ferros e a Emicon Mineração comandam, cada uma, três estruturas sem estabilidade devidamente atestada.

Conforme informa a AMN, a Declaração de Condição de Estabilidade de uma barragem pode ser elaborada de duas maneiras. Em março, a própria empresa responsável pela estrutura pode fazê-la ou buscar uma consultoria externa. Em setembro, há a obrigação de contratar uma outra empresa que analise a barreira e assine o documento.

Apesar da cobrança da AMN, as declarações de estabilidade não têm se mostrado uma garantia válida para qualquer caso que envolva barragens. A barragem da Vale em Brumadinho, por exemplo, tinha estabilidade atestada pela certificadora alemã Tuv Sud e, mesmo assim, se rompeu. Por ter emitido o atestado, a empresa acabou indiciada em setembro pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Mais recentemente, na semana passada, uma barragem de rejeitos proveniente da mineração de ouro no interior do Mato Grosso se rompeu. A estrutura da MV Mineração, localizada no município de Nossa Senhora do Livramento, tinha sido atestada como estável por um engenheiro cinco dias antes do acidente. Dois funcionários da empresa ficaram feridos na ocasião.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 10/10/2019

Seção: Política

Autor: Alessandra Azevedo e Bernardo Bittar

Título: Câmara aprova divisão do pré-sal

O plenário da Câmara aprovou ontem, em apenas uma hora, o projeto de lei criado para definir como será feita a divisão, entre Distrito Federal, estados e municípios, dos recursos do leilão de petróleo do pré-sal marcado para 6 de novembro. Os entes da Federação terão direito a R\$ 21,8 bilhões dos R\$ 106,6 bilhões esperados com a licitação. Metade desse valor vai para estados e o DF e a outra, para municípios, ou seja, cada esfera administrativa fica com R\$ 10,9 bilhões.

O projeto resolve o impasse que havia sido criado em torno dos critérios a serem usados na distribuição do dinheiro. Após dias de conversas, ficou decidido que dois terços do valor que caberá aos estados vão ser divididos de acordo com as normas do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que privilegiam os menos desenvolvidos. O restante será repassado seguindo os critérios da Lei Kandir, criada para compensar estados pela isenção de ICMS nas exportações. A proposta anterior, aprovada pelo Senado, previa apenas o rateio pelo FPE.

Com as regras aprovadas na Câmara, estados do Norte e do Nordeste continuam sendo os mais beneficiados, mas perderam parte do dinheiro a que teriam direito pela proposta inicial. Antes, os R\$ 10,9 bilhões seriam totalmente distribuídos de acordo com critérios do FPE, que beneficiam estados com renda per capita mais baixa. Agora, isso vale apenas para dois terços (R\$ 7,26 bilhões). Os parlamentares mudaram o texto para garantir que o outro terço, ou R\$ 3,63 bilhões, passem a ser divididos pelos critérios da Lei Kandir, que beneficia mais os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No caso do Distrito Federal, o repasse cairá 10,71%, de R\$ 71,9 milhões para R\$ 64,2 milhões.

Para os municípios, o critério de divisão não mudou e se mantém a regra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Mas a aplicação dos recursos será mais livre do que proposto antes. Por pressão de deputados, o projeto permite que os municípios escolham se vão usar o dinheiro para pagar despesas e dívidas previdenciárias ou em investimentos. Eles podem, inclusive, optar por apenas uma das áreas.

Rombos

A intenção inicial dos líderes partidários, no acordo negociado na terça-feira, era garantir que os valores iriam primeiro para cobrir rombos previdenciários e pagar dívidas, incluindo as que já foram negociadas pelos municípios. Só o que eventualmente sobrasse poderia ser investido.

A regra gerou um embate, explicado, principalmente, pelas eleições municipais do ano que vem. Deputados que fazem oposição aos prefeitos temiam que, se a aplicação fosse liberada, eles investiriam apenas em obras para agradar o eleitorado — o que agora, na prática, poderá acontecer. Para os estados, foi

mantida a exigência de priorizar a Previdência; só o dinheiro que sobrar poderá ir para investimentos.

Os deputados passaram horas lidando com a polêmica dos municípios, mencionada mais cedo pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A sessão começou só às 21h, depois que o problema foi resolvido. Aprovada em votação simbólica na Câmara, a matéria ainda precisa ser avaliada pelo Senado, o que deve acontecer na próxima terça-feira. Em seguida, fica pronta para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O fim do impasse permitirá que o Senado conclua a votação da proposta que mais interessa ao governo, a reforma da Previdência. A apreciação em segundo turno deve ocorrer no próximo dia 22.

Pacto federativo na agenda

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo federal pretende se concentrar na discussão do pacto federativo, do qual a reforma administrativa será parte, após a aprovação da reforma da Previdência no Senado. “Estamos na expectativa de o Senado aprovar a reforma da Previdência. Parece que está andando tudo direitinho e, assim que fechar isso, entramos na próxima fase, que é o pacto federativo. A reforma administrativa é um capítulo desse plano maior que é o pacto federativo”, disse o ministro a jornalistas, em São Paulo.

SP, RS e MT ganham

São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso são os estados que, proporcionalmente, mais vão ganhar com o novo acordo para a divisão dos recursos do megaleilão de petróleo, marcado para novembro. A partilha anterior, que foi aprovada pelo Senado, mas rejeitada pelos deputados, beneficiava mais o Norte e o Nordeste.

De acordo com o projeto aprovado ontem à noite, dos 10 estados que mais receberão recursos, cinco estão no eixo Sudeste/Sul e Centro-Oeste, e outros cinco são do Norte e Nordeste. Na divisão anterior, oito estados entre os 10 primeiros da lista eram do Norte ou do Nordeste. O cálculo considera estimativa de R\$ 106,6 bilhões na arrecadação do leilão.

São Paulo saltou de R\$ 94 milhões para R\$ 632,6 milhões entre uma proposta e outra, um aumento de 573% na expectativa de arrecadação. Foi justamente o governo paulista que sugeriu o novo cálculo de distribuição.

O Rio Grande do Sul receberia R\$ 131,3 bilhões e, agora, vai ganhar R\$ 450,3 milhões, uma elevação de 243%. Mato Grosso, por sua vez, conseguiu aumentar

sua fatia de R\$ 221,9 milhões para R\$ 665,2 milhões, avanço de quase 200%.

Estados do Norte e Nordeste, por outro lado, vão receber menos do que na proposta do Senado. Proporcionalmente, Roraima é o que mais perderá na expectativa de repasses: vai de R\$ 328,4 milhões para R\$ 226,6 milhões, uma redução de 31%. Bahia e Pernambuco também viram seus valores caírem, mas continuam entre os 10 que mais receberão.

O Rio de Janeiro é o que mais recursos receberá do leilão: R\$ 2,37 bilhões. A justificativa é que as áreas do pré-sal que serão leiloadas ficam no território fluminense.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 10/10/2019

Seção: Política

Autor: Renato Souza

Título: Leilão tem aval do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, na sessão de ontem, com quatro ressalvas, o leilão dos volumes excedentes da cessão onerosa do pré-sal. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, a licitação está prevista para 6 de novembro. O governo espera arrecadar ao menos R\$ 106 bilhões com bônus de assinatura. Serão leiloados quatro campos de petróleo: Atapu, Búzios, Itapu e Sépia.

De acordo com a pasta, esse é o maior leilão do mundo na área, com capacidade de colocar o Brasil entre os cinco maiores produtores de petróleo na próxima década. De acordo com levantamento de auditores do TCU, as empresas vencedoras devem pagar US\$ 45 bilhões à Petrobras por conta de investimentos feitos pela estatal na área da cessão onerosa. O governo acredita que o montante não deve afastar eventuais interessados, que podem negociar os valores com a empresa. A Corte de Contas, no entanto, viu problemas no cálculo para definir os valores desta compensação.

O tribunal também apontou problemas na estrutura da PPSA, empresa criada pelo governo para representar a União nos contratos de partilha de produção de petróleo. Em manifestação à Corte, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o de **Minas e Energia, Bento Albuquerque** se comprometeram a fazer ajustes. Não foi feita nenhuma determinação para que o governo mude as regras do edital já publicado.

O ministro Raimundo Carneiro, do TCU, afirmou que vai pautar para o próximo dia 23 o processo que trata da revisão do contrato firmado entre União e

Petrobras em 2010, em relação à cessão onerosa. Pelos termos do acordo, a Petrobras pagou à, época, R\$ 78,4 bilhões à União para explorar 5 bilhões de barris.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 10/10/2019

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Manchas de óleo ameaçam economia

São Paulo — Identificadas pela primeira vez em 2 de setembro, as manchas de óleo já atingiram pelo menos 130 praias do Nordeste. Todos os nove estados da região tiveram trechos contaminados pelo produto poluente e até agora não se conseguiu conter o avanço do que foi identificado pela Petrobras como óleo cru.

Além dos prejuízos ambientais, que se somam aos problemas de imagem que o Brasil vem enfrentando nesse ano — como o desastre de Brumadinho (MG), ocorrido em janeiro, e os incêndios em florestas na região amazônica —, a contaminação de praias nordestinas leva risco ao turismo. Por enquanto, segundo informações divulgadas pelos estados procurados pela reportagem, não há fuga de turistas por conta do problema ambiental.

A informação coincide com o que foi divulgado pelas três principais companhias aéreas que operam na região: Gol, Latam e Azul. A Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav) também não registrou até agora consultas de seus associados nos estados afetados quanto a possíveis medidas que podem ser tomadas para minimizar os efeitos que venham a acontecer nos negócios. Mas para Antonio Everton, da divisão de economia da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o impacto será inevitável. “O acidente vai afetar a economia local, em especial o setor de serviços, principalmente aqueles negócios que dependem ou têm relação direta com o ambiente marítimo”, adverte.

Até agora, os reflexos podem ter sido pequenos na economia porque o problema, identificado há pouco mais de um mês, dava sinais no início que seria algo pontual, que não teria grandes proporções. Mas, agora, já se fala que as manchas de óleo representam o maior acidente ambiental em extensão visto até hoje no país. Ao atingir todos os estados do Nordeste, o vazamento comprometeu, em maior ou menor proporção, 2.100 quilômetros de praia, de um total de 7.367 quilômetros de litoral — ou seja, aproximadamente 29%.

Ontem, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace), ligada à Secretaria do Meio Ambiente, informou no fim do dia que o litoral do estado está “livre de um novo ataque de óleo derramado em alto-mar”. A avaliação foi feita depois de um sobrevoo no litoral cearense. “O não avistamento da mancha de óleo nos dá a tranquilidade de que não teremos novas praias contaminadas e animais marinhos sacrificados nas próximas horas”, afirmou por meio de nota Gustavo Gurgel, gerente de Análise e Monitoramento da Semace.

Agora, a autarquia vai se concentrar na limpeza das praias, na tentativa de eliminar resíduos, além de manter o monitoramento. Hoje, seria apresentado o resultado do rastreamento por terra e definidas novas ações para a redução dos efeitos do óleo no litoral.

Em Fortim, uma das cidades litorâneas afetadas pelo vazamento, Celian Chaufour, sócio-diretor do Jaguaribe Lodge&Kite, confirma que alguns turistas chegaram a telefonar para cancelar as reservas. Para conter as desistências, o empresário mostrou as condições atuais da praia, no litoral leste do estado, e assim vem mantendo a taxa de ocupação.

"Não há mancha aqui. Há dois meses apareceram algumas pequenas manchas, mas nunca grandes como estão falando. O problema durou e depois o óleo sumiu. Nas pedras ficaram alguns vestígios isolados, mas no mar, não. A prefeitura está monitorando o tempo todo e as praias por aqui estão todas próprias para banho, tanto em Pontal do Maceió quanto no Canto da Barra e no Rio Jaguaribe. Há turistas mergulhando no mar e velejando de kitesurf", conta Chaufour.

Procurada, a Secretaria do Turismo do Ceará (Setur) informou que ainda não registrou queda no número de turistas e que há 12 dias não há notícias da mancha de óleo perto da costa ou de novas praias contaminadas. Por meio de nota, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas confirmou que o estado é um dos menos afetados pelo vazamento de óleo e que até agora foram poucos os relatos feitos por turistas. "O dia a dia da cadeia turística não está sendo afetado. De forma lamentável, o meio ambiente é o segmento que tem sido mais atingido por essa situação. Estamos acompanhando de perto e cobrando aos órgãos ambientais responsáveis, para que possam identificar o culpado, puni-lo e encontrar a resolução mais viável para redução de danos da forma mais célere possível", informou.

E o futuro?

Se até agora as queixas sobre efeitos do acidente ambiental na economia ligada ao turismo são pontuais, nas próximas semanas os possíveis impactos deverão começar a ser contabilizados. Isso porque nesta época do ano, os turistas começam a definir e comprar suas viagens de fim de ano e férias de janeiro.

Professor do curso da graduação em turismo da Universidade Federal de Pernambuco, Luís Henrique de Souza lembra que o principal produto turístico oferecido pelo Nordeste é o de "Sol e praia". "Quando um problema ambiental dessa ordem acontece, há um impacto na imagem desses destinos turísticos, com a perda de atratividade", explica.

Esse impacto, detalha o acadêmico, pode resultar no cancelamento das reservas para esses destinos e na redução da geração de receita nesses destinos. "O faturamento que os empreendimentos turísticos tem a expectativa de receber será reduzido. Com uma demanda menor, outros setores da economia serão afetados. Um hotel com menos hóspedes vai comprar menos insumos para preparar o café da manhã, ou seja, o impacto é generalizado". Para Souza, para minimizar esses impactos é preciso pensar em soluções que mostrem a recuperação da qualidade das praias e areias, o que terá efeito na recuperação da imagem desses destinos e na retomada do turismo.

Peso na economia

Dados da CNC referentes a agosto mostram que o turismo brasileiro teve uma receita R\$ 18,6 bilhões, descontada a inflação. O Nordeste respondeu por cerca de 13% desse volume, com R\$ 2,4 bilhões. Essa conta inclui o que é movimentado pelas empresas que prestam serviços ligados a atividades turísticas, como o transporte de passageiros, cultura e lazer e restaurante. O Sudeste ocupou o topo da lista, com R\$ 11,5 bilhões, seguido pelo Sul, com R\$ 2,9 bilhões. O Centro-Oeste ocupou a quarta posição (R\$ 1,3 bilhão), fechando a lista a região Norte, com R\$ 600 milhões.

Em 2018, o turismo no Brasil movimentou R\$ 236,2 bilhões — Sudeste foi responsável por R\$ 148,1 bilhões, o Sul por R\$ 36,3 bilhões, o Nordeste por R\$ 29,1 bilhões, o Centro-Oeste por R\$ 15,6 bilhões e o Norte por R\$ 7 bilhões. De acordo com o economista da CNC, a velocidade da recuperação da economia nas áreas afetadas pelo acidente com o óleo cru derramado no mar vai depender da capacidade de o poder público conter o problema. Quando mais rápido, avalia, menor será o impacto. "Se o problema se estender e a

dificuldade de remoção das manchas de óleo persistir, os problemas serão maiores”, analisa Everton. Procurados, a Marinha e o Ministério do Turismo não comentaram o assunto até o fechamento da edição.

Ibama diz não precisar de recursos para conter crise ambiental no Nordeste

Apesar do alcance do acidente ambiental, que atingiu 29%, aproximadamente, do litoral brasileiro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) diz que não vê a necessidade de "pedir recursos financeiros suplementares" para tentar conter o alastramento das manchas de óleo e reduzir os danos causados até agora. Estados e municípios também entram com recursos próprios, informou por meio de nota.

Apesar de as primeiras notificações sobre as manchas de óleo cru terem acontecido em 2 de setembro, até agora o Ibama não tem uma conclusão sobre os impactos na vida marinha da região afetada e diz que o assunto permanece em avaliação.

MME / ASCOM .